



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 03/18

Data da Sessão: 30 de abril de 2018

Início da Sessão: 15.00 horas

Fim da Sessão: 20.15 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos _____

1º Secretário: Carlos Lucas Correia _____

2º Secretário: Célia Margarida dos Santos Craveiro _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Aos trinta dias do mês de fevereiro do ano de 2018, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: _____

1. Período de Antes da Ordem do Dia. _____
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. _____
3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Cessação do procedimento de contratação de empréstimo ao abrigo do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado de 2017, entretanto revogada. _____
4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Empréstimo a médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos em vigor em 31 de dezembro de 2017, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2016, de 28 de dezembro, até ao valor de 13 315 152,98 €. _____
5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, ao abrigo do artigo 97.º, n.º 4, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE2018). _____
6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas 2017.
7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021. _____
8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de Parecer ao abrigo do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto – Isenção de IMT requerida por Fernando Couceiro Nobre. _____
9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de celebração de acordo de colaboração entre o Ministério da Educação e o Município de Montemor-o-Velho. _____
10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares a crianças da Educação Pré-Escolar/ alunos do 1.º Ciclo.
11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Célio Manuel Gomes de Andrade, para o lugar de Pelichos, da Freguesia de Arazede - Proposta para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização da exploração pecuária. – Processo n.º 06/2018/24. _____
12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual - Eficiência Energética em Instalações Municipais: Piscina Municipal – aprovação de proposta de intervenção condicionada à emissão dos pareceres a emitir por entidades externas. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual - Eficiência Energética em Instalações Municipais: Pavilhão Gimnodesportivo – aprovação de proposta de intervenção condicionada à emissão dos pareceres a emitir por entidades externas. _____

14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de constituição de Empresa Intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-o-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Montemor-o-Velho na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços. _____

15. Tomada de Conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/02/2018 e 31/03/2018. _____

16. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/02/2018 e 31/03/2018. _____

_____ Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: _____

Presenças – Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Célia Margarida dos Santos Craveiro. _____

Membros: Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Ana Cristina da Silva Jorge, Telma Margarida Neves Simões, António Augusto Santos Torres, Francisco José Couceiro Nobre, Fernando Pereira Nunes Curto, Maria João Batista Sobreiro, Marcelo Gustavo da Silva Ferreira, Luís António Girão da Fonseca, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Joaquim António Graça Rainho, Tânia Sofia Jesus Monteiro, Rui Jorge Félix de Almeida, Renato Moço Nogueira Ribeiro, em substituição de Sílvia Reis Monteiro, Bruno Miguel Nunes Ferrão, em substituição de António Monteiro Saltão, Nuno Filipe Jesus Cardoso, em substituição de Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, Tiago Dinis Santos Silva, em substituição de José António Pecegueiro Ferreira Serrano. _____

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, UF de Montemor-o-Velho e Gatões e Secretária da JF Seixo. _____

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dulce Maria Melo Ferreira, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Paula Elisabete Pires Costa Rama, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha, Margarida Mendes Carvalho e Alexandre Miguel Marques Pimentel Leal. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos. _____

_____ O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 15h10m. Saudou os presentes e disse: “Temos quórum, vamos então dar início aos trabalhos. _____

_____ Para dar início à nossa reunião, se me permitirem, hoje, em meu nome pessoal e, julgo que de toda a Assembleia, gostaria de saudar a Senhora Vereadora Margarida Carvalho, que se senta nesta sessão pela primeira vez. Seja bem-vinda às reuniões da Assembleia Municipal. _____

_____ Depois deste cumprimento especial a questão da nossa ordem de trabalhos. Portanto, da nossa ordem de trabalhos, como eu já tinha através dos Serviços Municipais referido, gostaria que a Assembleia aceitasse a retirada dos pontos n.º 12 e 13, que dizem respeito à eficiência energética, quer do Pavilhão Gimnodesportivo, quer da Piscina Municipal, porquanto houve prorrogação de prazo para apresentação das candidaturas e, portanto, julgo que a Assembleia estará de acordo, bem como a introdução de um novo ponto, cuja documentação tinha sido previamente distribuída e que hoje foi aprovado na Câmara que é: Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Montemor-o-Velho. _____

_____ Portanto, se a Assembleia estiver de acordo, julgo que esta poderá ser a nossa ordem de trabalhos: No ponto 12 (que foi retirado) poderemos introduzir o seguinte ponto “Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Montemor-o-Velho” e, todos os outros pontos sobem um lugar. Portanto o 14, será o 13; o 15, será o 14 e o 16, será o 15. _____

_____ Pelo silêncio das bancadas, está aprovada a ordem de trabalhos. _____

_____ **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia.** _____

_____ Passamos então de imediato ao ponto 1. da Ordem de Trabalhos, que é o período de antes da Ordem do Dia. _____

_____ No período antes da Ordem do Dia, como é hábito, o nosso primeiro assunto diz respeito à aprovação da ata n.º 01 de 27 de fevereiro de 2018. _____

_____ Não havendo nenhuma alteração à mesma, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2018, foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. _____

_____ Ainda relativamente à questão da listagem de correspondência recebida e expedida por esta Assembleia Municipal, receberam também a lista, de qualquer maneira, houve entre esse período em que receberam a lista e a Assembleia de hoje, as substituições, quer desta Assembleia, quer da de 25 de abril, mas já sabem que, qualquer documento recebido e expedido

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

pela Assembleia Municipal, está disponível para consulta no secretariado da Assembleia Municipal. _____

_____ Interrompo a sessão durante 3 minutos para apresentação de moções, requerimentos e outros documentos que queiram apresentar à Assembleia.” _____

_____ **Os trabalhos foram suspensos durante 3 minutos.** _____

_____ Retomou a palavra o PMAM que disse: “Vamos retomar os nossos trabalhos, sendo-me grato constatar que pelo menos, desde que presido esta Assembleia Municipal, recebi hoje o maior número de moções, intervenções no período antes da ordem do dia, o que é sempre salutar e importante. _____

_____ De acordo com o nosso regimento, eu dou a palavra ao 1.º Secretário que entregou a primeira moção que entrou na mesa e depois farei intervalado os diferentes partidos.” _____

_____ Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas Correia (PS) – Moção de Congratulação de Aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Francisco Nobre (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações a Idalisa Travassos pela participação no encontro intergeracional na EB1 da Carapinheira no âmbito das Comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Francisco Nobre (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações a Gualdino Cadima pela participação no encontro intergeracional na EB1 da Carapinheira no âmbito das Comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Francisco Nobre (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações a Mário Galvão pela participação no encontro intergeracional na EB1 da Carapinheira no âmbito das Comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Francisco Nobre (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Moção de parabéns ao atleta Floriano Jesus, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Francisco Nobre (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Moção de parabéns ao atleta Mário Carapinheiro, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Francisco Nobre (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Participação da Associação Filarmónica 25 de setembro, nas Comemorações do 25 de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Célia Craveiro (PS) – Moção de louvor e agradecimento – comemorações do 44.º aniversário do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Participação da Associação Filarmónica União Verridense, nas Comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 09, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações a José Craveiro pela participação no encontro intergeracional na EB1 de Tentúgal no âmbito das Comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 10, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações a Manuel Carraco dos Reis pela participação no encontro intergeracional na EB1 de Meãs do Campo no âmbito das Comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 11, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Aniversários, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 12, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações a Joaquim Rama pela participação no encontro intergeracional na EB1 do Casal Novo no âmbito das Comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 13, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo P.J.F. de Pereira, António Ferreira (PS) – Moção parabéns às freguesias da Carapinheira e União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 14, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Renato Moço (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações a Joaquim Rama pela participação no encontro intergeracional na EB1 do Viso no âmbito das Comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 15, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelos membros Camilo Lourenço, António Ferreira e Rui Almeida (PS) – Voto de Congratulação – Queijada de Pereira – Manjar do Tojal, conforme documento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

anexo à presente ata, sob o número 16, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações a António Bernardes Jorge pela participação no encontro intergeracional na EB1 e Jardim de Infância do Seixo no âmbito das Comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 17, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações à Casa do Povo da Abrunheira pela realização do Campeonato Nacional Bóccia Sénior, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 18, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Participação da Academia Musical Arazedense, nas comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 19, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Rui Almeida (PS) – Moção de Louvor ao Grupo Folclórico da Vila de Pereira, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 20, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Marcelo Ferreira (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Participação da Filarmónica de Inscrição e Recreio da Abrunheira, nas comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 21, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Marcelo Ferreira (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Participação da banda Sax & Companhia, nas comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 22, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Marcelo Ferreira (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações à Cooperativa agrícola do bebedouro pelo 50.º aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 23, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Agradecimento ao Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho (alunos, familiares, outros membros da comunidade e professores), conforme documento anexo à presente ata, sob o número 24, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Reconhecimento ao Gatões BTT pela organização do “VI Trilhos dos Gatos”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 25, e que foi aprovada por unanimidade. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Reconhecimento à Assembleia Municipal pela organização das comemorações do 25 de abril, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 26, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Deixem-me dizer apenas que olhando para a sala e o público que está presente que me desculpe se estiver mais algum farmacêutico na sala, mas eu diria que hoje, nesta Assembleia, de facto me pareceram muitos farmacêuticos, tantas vezes se “dourou a pílula” hoje... É apenas um comentário pessoal. _____

_____ O PMAM deu a palavra ao membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “Muito obrigado Senhor Presidente. Após a paragem da fábrica de calçado, quando alguns ainda acreditavam que a coisa podia ter continuidade na sede da Junta da Carapinheira, foi dada prioridade ao pagamento de salários, em detrimento ao pagamento à Junta. Apesar de agora a fábrica ter fechado definitivamente, o que pensa fazer o Executivo? _____

_____ A CDU, ainda no mandato anterior, foi a única força política a por em causa o processo da fábrica de sapatos. Sempre nos pareceu haver uma obscura posição por parte dos patrões no uso da formação dos trabalhadores, como forma de ter trabalhadores quase a custo zero. O custo passou para o Estado através do IEF. A cumplicidade da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, com que se possa tornar imprevisível não encontrou outra solução. Poder-se-ia ter consultado as associações do setor por uma nova oportunidade às várias operárias qualificadas. Porém preferiu-se endeusar o patrão que acabou por ficar a dever vários meses de salários às trabalhadoras e, alegadamente ficou com o dinheiro da quota do Sindicato das referidas trabalhadoras e, ainda deve à Junta. _____

_____ A CDU não esquece uma reunião com o senhor Presidente da Junta defendeu com unhas e dentes este patrão. A CDU não esquece como foram classificadas as trabalhadoras que não ficaram naquele momento na empresa. A CDU não esquece como foi tratada a sua eleita na freguesia, o que se disse sobre o nosso vereador e, quando este apenas procurava defender as trabalhadoras e os seus postos de trabalho. _____

_____ Senhor Presidente, a CDU em Montemor-o-Velho considera este um bom momento para explicações e, se assim o achar pertinente, fazer o seu próprio retratamento.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao membro Célia Craveiro (PS) que disse: “O mês da prevenção dos maus tratos na infância termina hoje. A campanha Abril: mês da prevenção dos Maus-Tratos na Infância surge de um desafio da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e, em Montemor-o-Velho, a CPCJ preparou um conjunto de atividades dirigidas a todos os públicos, com objetivo de sensibilizar para a problemática dos maus-tratos na infância

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

e juventude. _____

_____ Iniciou este mês com a colocação do Laço Azul na fachada da Câmara Municipal. _____

_____ A par da distribuição de um cartaz alusivo à iniciativa, a ser afixado nas instalações da CPCJ de Montemor-o-Velho, nas Escolas, Câmara Municipal, no Centro de Saúde e respetivas Extensões, nas Juntas e Uniões de freguesia, na Segurança Social nas IPSS's, nas Associações, nos Bombeiros e na GNR. _____

_____ Foi proposto aos comerciantes do concelho decorarem as suas montras tendo em consideração a cor azul, numa alusão à campanha laço azul, e que as decorem com os motivos alegres, que manifestem afetos, numa oposição aos maus tratos. No final da campanha, o resultado vai poder ser visto numa exposição na Galeria Municipal. Foram também distribuídos flyers com a história do laço azul. _____

Para quem não teve a oportunidade de ler sobre a história do laço azul: _____

_____ “A campanha do Laço Azul (Blue Ribbon) iniciou-se em 1989, na Virgínia nos Estados Unidos da América, quando uma avó, Bonnie W. Finney, amarrou uma fita azul à antena do seu carro “para fazer com que as pessoas se questionassem”. _____

_____ A história que Bonnie Finney contou aos elementos da comunidade que se revelaram “curiosos” foi trágica e referia-se aos maus tratos à sua neta. Pela mesma razão, o seu neto já tinha sido morto de forma brutal. E porquê azul? Porque apesar do azul ser uma cor bonita, Bonnie Finney não queria esquecer os corpos batidos e cheios de nódoas negras dos seus dois netos. O azul servir-lhe-ia como um lembrete constante para a sua luta na proteção das crianças contra os maus-tratos. A história de Bonnie Finney mostra-nos o efeito que a preocupação de um único cidadão pode ter, no despertar das consciências do público em geral relativamente aos maus tratos em crianças, na sua prevenção e na promoção e proteção dos seus direitos. _____

Esta campanha, intensamente assinalada no país, terá por certo, deixado sementes, para que todo o ano seja tempo de prevenir os maus tratos na infância, esta campanha estará de volta daqui a um ano, porque: “Cuidar e Proteger, Ajuda-nos a Crescer”.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Vou passar a ler os requerimentos à Câmara Municipal: _____

_____ “A bancada da Coligação Por Montemor Tudo e Sempre (PPD/PSD-CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Ana Cristina da Silva Jorge, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal solicitar ao senhor Presidente se digne solicitar à Câmara Municipal todos os projetos existentes ou em elaboração, respeitantes à manutenção da Estrada do Campo, que liga as duas margens do Mondego (Pontão de Lavariz - Pereira do Campo), cuja propriedade também é sua (num troço) ou se tem novo traçado como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

alternativa ao atual dado que Estrada Nacional 111 se encontra a ficar deteriorada apresentando graves problemas de segurança e intenso tráfego.” _____

_____ Mais um requerimento à câmara municipal: _____

_____ “A bancada da Coligação Por Montemor Tudo e Sempre (PPD/PSD-CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Ana Cristina da Silva Jorge, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal solicitar ao senhor Presidente se digne solicitar à Câmara Municipal todos os projetos existentes ou em elaboração, respeitantes à manutenção da Estrada Nacional 111, que se encontra a ficar deteriorada apresentando grandes problemas de segurança e intenso tráfego.” _____

_____ Mais um requerimento Senhor Presidente: _____

_____ “A bancada da Coligação Por Montemor Tudo e Sempre (PPD/PSD-CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho através do seu membro Ana Cristina da Silva Jorge, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal solicitar ao Senhor Presidente deste órgão se digne efetuar todas as diligências no sentido de se marcar uma reunião (com carácter de urgência) desta bancada com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) proprietária da Estrada do Campo, que liga as duas margens do Mondego (Pontão de Lavariz - Pereira do Campo, cuja propriedade é sua, sendo também um troço do Município. _____

_____ Tal solicitação prende-se com a necessidade de perceber qual a solução para um problema que afeta muitos munícipes. No passado, não muito longínquo foi possível estabelecer um acordo com o Município aquando das cheias de 2001. Acresce ainda que, hoje o Município para requalificar o velho leito do Mondego, por via da implantação da ARU terá de entrar em acordo com a APA. _____

_____ Assim, e porque não percebemos porque há e não há entendimentos, requeremos a referida reunião.” _____

_____ Outro requerimento senhor Presidente: _____

_____ “A bancada da Coligação Por Montemor Tudo e Sempre (PPD/PSD-CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Ana Cristina da Silva Jorge, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal pedir ao senhor Presidente se digne solicitar à Câmara Municipal relatório pormenorizado de todas as diligências efetuadas pela Câmara Municipal com APA (Agência Portuguesa do Ambiente) proprietário da Estrada do Campo, que liga as duas margens do Mondego (Pontão de Lavariz - Pereira do Campo, cuja propriedade é sua, sendo também um troço do Município. _____

_____ Tal preocupação reside no facto de, nos meses de janeiro e fevereiro, terem existido 5 acidentes comunicados pela GNR a esta bancada (via mesa da Assembleia Municipal), no entanto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

é do nosso conhecimento que existiram muitos outros acidentes e, os automobilistas acabam por não chamar a referida força de segurança pois têm consciência que, caso se trate danos provocados pela referida estrada o Município se descarta de responsabilidades pois a maior parte do percurso não é sua propriedade e a outra entidade justifica este percurso como estrada (rural) de acesso dos agricultores aos seus campos.” _____

Depois, senhor Presidente tenho a seguinte recomendação: _____

_____ “A bancada da Coligação Por Montemor Tudo e Sempre (PPD/PSD-CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Ana Cristina da Silva Jorge e, tendo conhecimento que existem várias autarquias têm realizado Acordos com o Ministério da Educação para a requalificação e modernização de instalações de escolas básicas e secundárias cuja propriedade é do respetivo ministério, vem por este meio recomendar à Câmara Municipal que se informe devidamente no sentido de, aproveitar o quadro comunitário 2020, a exemplo de outros municípios, para remoção do amianto da escola EB 2,3 Dr. Santos Bessa na Carapinheira (a título de exemplo - Acordo n.º 7/2008 do 8 de março de 2018 entre o município de Almeida Câmara Municipal de Almeida e Ministério da Educação, cujas comparticipações para a requalificação e modernização são de 14.964,28€ (7,5%) para o Ministério da Educação, 14.964,29€ (7,5%) para a Autarquia, sendo o restante valor, (85%) suportado por verbas advindas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, num total de investimento de 199.523,80€). _____

_____ Caso já não seja possível a candidatura esta bancada lamenta profundamente que mais uma vez o executivo camarário da maioria do PS, que governa este município tenha deixado passar esta oportunidade de resolver um problema que muito afeta a comunidade escolar e preocupa toda a população.” _____

_____ Passo agora à minha última intervenção: _____

_____ “A bancada da Coligação Por Montemor Tudo e Sempre (PPD/PSD-CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Ana Cristina da Silva Jorge e, tendo conhecimento que foram assinados contratos para ecopistas do Vouga e Eco via Euro Velo 1 vem através desta intervenção questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o projeto que em tempo existiu para Montemor e que previa a criação de uma ciclovia que, ao tempo, ligaria este Município a Coimbra e Figueira da Foz. Tal proposta seria no sentido de promover o nosso concelho e resolver uma situação há muito desejada por todos aqueles que apreciam o desporto. É normal, principalmente ao fim de semana, encontrarmos ciclistas que utilizam as vias públicas para praticarem a modalidade expondo-se muitas vezes ao perigo devido ao volume de tráfego existente. Não poderemos deixar de voltar a referir a denominada Estrada do Campo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

onde dezenas de ciclistas transitam ao fim de semana. _____

_____ Continuamos a ficar para trás, o que muito lamentamos, e a observar outros municípios atentos, a desenvolver os seus territórios com ofertas atrativas para as pessoas.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Na última Assembleia Municipal a bancada da Coligação Por Montemor, Tudo e Sempre (PPD-PSD/CDS-PP), pediu ao senhor Presidente para officiar os serviços acerca da propriedade da estrutura metálica presente na Carapinheira e queríamos saber qual é que era o Estado da situação.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Só aqui duas questões, uma na ordem de trabalhos. Ora bem, há pouco podia ter falado, mas de facto, não estaria com a devida atenção e peço desculpa por isso. Eu penso que o ponto 5 só pode ser votado após ser votado o ponto 6.” _____

_____ Vou fazer uma pequena intervenção sobre as comemorações do 25 de abril, em nome da bancada gostaria de dar uma palavra de reconhecimento ao senhor Presidente da Assembleia pelo trabalho que teve de articulação e de preparação das comemorações. _____

_____ Foram de facto, umas comemorações que estiveram à altura de tão nobre data que relembra a todos nós o que é viver em democracia e, sobretudo, em liberdade. _____

_____ Dizer que a caminhada, que foi proposta pela nossa bancada, pela Dr.ª Ana Cristina Jorge foi, de facto, um sucesso, que percorreu obras emblemáticas do concelho que foram feitas no passado, a pista de Remo, o Ascensor Mecânico e é bom realmente perceber que, a obra feita no passado é reconhecida por todos. _____

_____ Queria ainda neste âmbito dizer que fiquei também sem perceber, a quem se dirigia a líder da bancada do Partido Socialista aquando do seu discurso, quando referiu que na campanha eleitoral junto das redes sociais, teria sido feita uma campanha no sentido de denegrir a imagem do candidato. Bom, sobre essa questão, como sabem, essa não é a nossa postura, aliás bem se pode verificar pelo manifesto eleitoral que apresentámos que foi o que se destacou, por espelhar de facto das nossas ambições, projetos e estratégia para o concelho.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Não era exatamente por isto mas, sinto-me quase na obrigação. Não vou responder, não vou falar sobre nenhum dos discursos do 25 de abril, incluindo o meu, acho que não faz o menor sentido. Não sei se falei aquilo que entendi como todas as bancadas e, não sei se alguém enfiou a carapuça ou não pronto, isso aí já não falo. Acho que não faz parte, aliás a democracia também é isso e o 25 de abril é isso, não estarmos a falar sobre os discursos que cada um proferiu no 25 de abril, tal como eu também não o fiz. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ E quando pedi a palavra, foi no sentido de congratular e, hoje já se falou aqui muitas vezes da palavra congratulações, da iniciativa do Festival do Arroz e da Lampreia. Têm-se falado muito do 25 de abril é importante, mas desde a última assembleia até agora, também passaram outras ocorrências, e efetivamente o festival começa a ser um certame gastronómico já implantado não só ao nível do concelho do distrito, mas até a nível nacional. E, portanto, é sempre bom quando vemos Montemor-o-Velho na senda do progresso. Quando vejo Montemor-o-Velho em telejornais, em horário nobre e, vejo efetivamente, o meu concelho projetado pela positiva, quer a nível nacional e muitas vezes depois, até através dos nossos imigrantes e através da RTP Internacional e das televisões internacionais para fora do concelho.

_____ São os nossos produtos, é o nosso arroz, são as nossas enguias, a nossa lampreia, são as nossas associações que ficam ali representadas e, acho que também nos tínhamos de congratular por isso e, numa altura onde o tempo até não esteve muito favorável, não foi isso que fez com que as pessoas se afastassem. Efetivamente o festival foi um sucesso e, portanto, eu também quero dar os meus parabéns à Câmara, nomeadamente na pessoa do senhor Presidente por esta iniciativa e que ela continue a crescer e a levar longe o nome de Montemor-o-Velho. _____

_____ Pediu a palavra o membro Rui Almeida (PS) que disse: “Eu quero apenas salientar e agradecer o trabalho e o empenho que o Senhor Presidente da Câmara teve, no que se refere à execução da ligação do saneamento do Campo Desportivo de Santo Estêvão, que foi tão falado na última assembleia ordinária e, frisar que o Campo de Santo Estêvão foi inaugurado a 31 de agosto de 2013, sendo que a direção que o inaugurou foi eleita no início de julho e tomou posse quinze dias após ter sido eleita. _____

_____ Como gosto de saber o caminho que percorro, tive curiosidade em verificar os nomes que compunham o referido órgão social que inaugurou o campo e, tenho a dizer ao senhor Presidente de Câmara, que ele tinha toda a razão nas palavras que proferiu nessa assembleia. _

_____ Dizer também que passaram quatro anos e oito meses, mas como Senhor Presidente de Câmara honra os seus compromissos e as suas palavras, os nossos atletas hoje podem usufruir dos balneários do Campo Desportivo de Santo Estêvão, sem quaisquer tipos de constrangimentos. Obrigado Senhor Presidente.” _____

_____ Pediu a palavra o PJJ da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal que disse: “Eu queria efetivamente falar aqui dois pontos que ao longo deste discurso foi aqui falado pela minha colega de bancada, Dr.ª Cristina Jorge, que falou no acesso que temos de Pereira/Formoselha a Montemor e para os outros acessos Figueira, etc., que na realidade, todos nós sabemos que isto já é um assunto que vem ao longo dos anos a se falar e, temos alguma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

dificuldade em passar. _____

_____ Eu atrever-me-ia a sugerir que todos nós, através da Assembleia Municipal e a Câmara Municipal com certeza, que pudéssemos falar com o Concelho de Soure, que antes de passarmos ali por Lavariz, nós íamos do Centro de Alto Rendimento, no sentido de Alfarelos, depois cortaríamos à esquerda e passávamos para Formoselha. Essa estrada hoje em dia está com muitos buracos, com pouco investimento com certeza, da Câmara de Soure e também nós, Montemor podíamos ajudar, se tapássemos ali alguns buracos maiores e, o trânsito com certeza que se iria dividir e, eu acho que isso era uma boa forma de nós conseguimos dividir o trânsito que passa que, na realidade ali junto à Lavariz, é em demasia para o estado em que o piso se encontra e a largura da respetiva via. Isso era um ponto. Não sei se isso é possível uma vez que são terras de Soure, mas pronto, o tentar não custa e o não, está garantido. _____

_____ Outra coisa que eu também gostaria de falar e eu hoje estou direcionado para os outros concelhos, que é o concelho da Figueira da Foz. _____

_____ Ainda hoje, quando eu vinha da Figueira e são alguns acidentes que acontecem e, eu só estou a falar disso pela proximidade ao nosso concelho, que é ali em Santa Olaia, no acesso à A14. _____

_____ Quem vai no sentido de Montemor para a Figueira da Foz cruza-se com quem sai da A14, no sentido Montemor. Ora eu acho que podíamos ali tentar arranjar uma solução nomeadamente, com a Brisa, que é o titular e dono da obra, nem é o Concelho da Figueira mas, que podíamos nós montemorenses ter essa iniciativa de falar, se havia algo para efetivamente, minimizar os problemas que têm ali acontecido até com filhos da nossa terra, que tem ali já, de alguma forma, deixado um bocado seu cabedal nos raids que ali estão a suportar os carros para não irem para outro lado da Barreira. _____

_____ Era isto que efetivamente eu pretendia, que se conseguisse alguma coisa para tentar minimizar todos estes problemas que ali efetivamente, têm acontecido. Eu sei que isto não é nada fácil, porque também envolve garantidamente, a Brisa, mas, como referi, o tentar não custa.” _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Não tenho mais nenhuma inscrição e, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, duas questões que foram colocadas: uma do Senhor deputado Bruno Ferrão, que será dada a informação ainda durante esta Assembleia; a outra da Senhora deputada Maria João Sobreiro, porquanto essa questão foi equacionada previamente aquando do agendamento e, portanto, ela também será explicada porque foi solicitada opinião sobre essa sequência da proposta da ordem de trabalhos e, portanto há uma informação sobre o porquê de agendamento ter sido assim e, uma outra questão, antes de passar a palavra ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

Senhor Presidente, que tem a ver com o requerimento da Senhora deputada Ana Cristina Jorge, com a reunião da APA. Porquê? Analisando o requerimento, esse requerimento, enfim estou eu agora aqui a falar para quem não está o que é um bocado indelicado mas, tem a ver com o seguinte. Efetivamente se é um requerimento da bancada, porque a leitura no fundo, indica isso, se é um requerimento, não faz sentido o Senhor Presidente da Assembleia, diz o regimento, diz a lei, que representa a Assembleia pedir uma audiência em nome de, não me importo de a pedir em nome da Assembleia, julgo que esse será o objetivo e, portanto só para esclarecer que esse requerimento será feito em nome da Assembleia Municipal porque, enfim, não me vejo nesse papel de pedir seja em que bancada for, em nome de, portanto, será pedida em nome da Assembleia Municipal essa reunião. _____

_____ A outra questão, relativa à recomendação da questão de amianto, julgo que, enfim, se ainda estamos a falar de escolas, penso que às vezes, o meu presidente de Junta vai-me perdoar, mas houve aqui um tempo em que se queixavam da margem esquerda, eu julgo que agora se esquecem do Norte do Concelho, porque a substituição de amianto, também julgo que será relevante em Arazede, mas eram só estes comentários, o pedido de reunião será feito em nome da Assembleia. _____

_____ Senhor Presidente, tem a palavra e agradeço-lhe esta questão, até para agradecendo-lhe este tempo que me deu, deixe-me dizer-lhe o seguinte. Todas e todos os deputados municipais que me acompanharam às escolas, perceberam uma coisa. Perceberam que, por mais que nós falemos da Assembleia Municipal e gostamos muito de nos ouvir e gostamos muito até de nos autoelogiar enfim, de facto, a programação saiu da Assembleia, é verdade mas, como todos percebemos se não fosse a Câmara Municipal no apoio que deu às iniciativas que foram desenvolvidas eu diria que, por mais boa vontade que nós tivéssemos e, tivemos alguma, e eu sei do que estou a falar, mas efetivamente, parece-me a mim, e portanto quero fazê-lo, quanto mais não seja a título de Presidente da Assembleia Municipal, agradecer à Câmara Municipal o contributo que deu para as comemorações do 25 de abril. Muito obrigado, falou o Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ Usou da palavra o PCM que disse: “Em primeiro lugar dar-lhe nota do que não foi feita mais do que a nossa obrigação em disponibilizar todas as equipas que estiveram no terreno com os Senhores deputados e o Senhor Presidente tiveram o trabalho todo de retaguarda. Sei do empenhamento do Senhor Vice-presidente, José Veríssimo, e também aqui dar-lhe uma palavra, e portanto todo um conjunto de pessoas que fizeram não mais do que a sua obrigação. _____

_____ Deixe-me também dizer-lhe que quero elogiar, como já o fiz pessoalmente, o programa que vossa excelência e os restantes deputados, fizeram para o 25 de Abril, que só engrandeceu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

e dignificou ainda mais a nossa Câmara, o nosso Concelho, a nossa missão política junto dos cidadãos, muito obrigado. _____

_____ Passando de imediato às interpelações que me foram feitas, em relação à interpelação do Senhor Nuno Cardoso, à parte algumas palavras que me parecem algo forçadas nomeadamente cumplicidade, e retratar-se. Senhor deputado, este Presidente de Câmara e, qualquer Presidente de Câmara minimamente atento perante o infortúnio que aconteceu às senhoras trabalhadoras da Karapi, perante uma oportunidades de emprego para as mesmas, naturalmente que colaborou em tudo aquilo que estava ao seu alcance para que essas mesmas funcionárias ou trabalhadoras tivessem uma solução à vista e, tiveram-na durante este tempo todo nomeadamente e, em particular fizeram um curso de reciclagem de atualização que foi promovido pelo IEFP, e que nós, como entidades que fizeram a arbitragem das situações, nós promovemos essa, digamos que, essa colaboração do IEFP e tivemos sempre em permanente contacto e a dinamizar todos os esforços no sentido de que o IEFP pudesse implementar essas medidas de formação. Agradecer à Junta de Freguesia da Carapinheira, porque desde a primeira hora se disponibilizou para colaborar, porque sem um espaço de imediato não podíamos proporcionar a estas trabalhadoras a tal formação e a tal reciclagem. _____

_____ Quanto ao demais, na verdade, o que falta aqui neste país são empresários menos corretos ou mais corretos, é evidente que eu não posso, como foi feito no passado, olhar para a cara do empresário e dizer, este é dos menos corretos e portanto não vamos dar oportunidade a esta pessoa, porque logo à partida o classificámos como não correto. Para lhe dizer que a última informação que foi solicitado à minha frente pela Senhora Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que me auxilia com os empresários, a última informação que recebemos da senhora empresária denominada Patrícia, foi que ainda no mês de maio ou junho voltariam a Montemor. Porque tiveram um problema que não foi identificado e portanto nós andamos atentos, e portanto aqui não há nenhuma cumplicidade perniciosa, há uma cumplicidade no sentido de favorecer às trabalhadoras aquilo que lhes foi proporcionado inclusivamente, mesmo àquelas que estão com outra solução neste momento, onde também a Câmara Municipal foi igualmente cúmplice, para que não haja dúvidas se essas cumplicidades são para ser denunciadas, também nessa outra solução a Câmara Municipal foi cúmplice e, nessa perspetiva, também estas trabalhadoras beneficiaram da formação que tiveram nas instalações da Junta de Freguesia e naquele trabalho que fizemos também com a nossa equipa da Câmara e com o IEFP.

_____ E, portanto, aquilo que me apraz dizer é só isto que é tão só que aquilo que sei. _____

_____ No demais, sempre que foi preciso, fui dar a cara junto das trabalhadoras, exigi do empresário respeito, porque, como como o Senhor deputado diz é verdade, houve situações de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

salários em atraso, menos esclarecidas e eu fui dar a cara e, junto das trabalhadoras pugnei para que esse empresário mantivesse as suas contas em dia e, tentei dentro do meu “ministério”, dentro dos meus bons ofícios, sensibilizar o empresário para o cumprimento das regras do direito laboral. Portanto, fiz sempre aquilo que esteve ao meu alcance. Neste momento ainda está disponível o lote para o empresário que já teve procura e eu, em defesa dos direitos das trabalhadoras porque sei que é fundamental para as trabalhadoras, haver essa saída profissional, ainda temos dois ou três empresários a aguardar uma decisão que vai ser tomada brevemente porque, para nós, era importante que aquelas trabalhadoras tivessem com este ou com outro empresário, a solução da vida delas em definitivo, portanto é o que me apraz dizer. _____

_____ Em relação aos requerimentos da Senhora deputada Ana Cristina Jorge, dar nota de que os serviços vão dar resposta a todos os requerimentos. _____

_____ Quanto à recomendação, ela enferma de um problema de princípio, é de que não nos podemos esquecer, que todos os financiamentos comunitários na área da educação foram mapeados pela DGEstE – Coimbra ou seja, pelo Governo anterior por indicação da DGEstE. _____

_____ Nessa perspetiva, eu próprio, podem verificar as atas do Conselho Inter-municipal da CIM, eu próprio me insurji contra essa situação, eu e outros presidentes de Câmara, porque os investimentos estavam pré alinhados, ou pré definidos por esse mapeamento. _____

_____ Eu próprio referi que era importante que verbas comunitárias fossem desviadas para a situação do amianto, eu e outros presidentes Câmara, consta das atas da CIM e, portanto, basta só ver a essa situação. _____

_____ Por acaso não vai encontrar nenhuma escola na área da CIM – Região de Coimbra porque, como sabem, esta escola de Almeida não é da CIM- Região de Coimbra e, portanto, difere de CIM para CIM. Nós não temos culpa. Nós próprios, Presidentes de Câmara, não é só um problema da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, é um problema de todos os dezanove Municípios da CIM, porque nós nos insurgimos contra esta matéria. O problema do amianto é transversal a todas as Câmaras da CIM – Região de Coimbra, só que o mapeamento não foi feito por nós. Como não foi feito por nós o mapeamento do património histórico, como não foi feito por nós o mapeamento da saúde. Nessa perspetiva, não é algo que eu possa resolver de imediato. O Município estará disponível, portanto não perdeu nenhuma oportunidade, porque aquilo que está disponibilizado no âmbito da educação para o Concelho de Montemor-o-Velho, são dois projetos que nós vimos reconhecidos e que estão em curso. Como sabem vem hoje à Assembleia até, um protocolo que vai possibilitar a concretização de um desses projetos que decorre desse mapeamento. Portanto, não havia mapeamento para essas intervenções. _____

_____ Última informação sobre este tema: essas escolas onde existe amianto, não são

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

propriedade do Município ou seja, são do Ministério da Educação e, portanto, aquilo que foi feito noutros Municípios, na região Norte, na região Sul, foi uma situação diferente. Foi o Município substituir-se ao Ministério da Educação para poder realizar essas obras mas, aqui em Coimbra, isso não foi possível como já disse pelas razões que já referi anteriormente. _____

Quanto à questão das ciclovias, também podem verificar as atas de CIM, onde eu próprio defendi desde sempre a concretização e a finalização da ciclovia do Mondego, que só pode ser realizado e concretizada por uma estrutura supramunicipal, como devem entender, ou seja, pela CIM. Nessa perspetiva, continua em agenda. Todas as outras situações, são programas a que Montemor não se podia candidatar porque não integra os requisitos dessas outras ciclovias, da Euro Velo e outras, porque está no Litoral e não preenchem os requisitos daquelas entidades que superintendem essas ciclovias. _____

_____ Para lhe dar nota, está em curso por proposta do Município da Mealhada, a possibilidade de fazermos uma grande ciclovia na linha da Beira Alta e, que de imediato, o Município de Montemor-o-Velho pela minha palavra, na reunião da CIM, se disponibilizou para concretizar a mesma que aliás, nós já tínhamos um projeto e, nós já estávamos mais adiantados, embora não fosse uma ciclovia nos moldes em que está a ser feita, com outras poses, ou com outros financiamentos, como aquela que se projeta através da CIM. Portanto, aquela ciclovia é uma das que está a ser estudada pela CIM, como também a ciclovia do Mondego. _____

_____ Última nota para que para ser um rápido nesta parte da ciclovia. Na parte que nos cabe ao Município de Montemor-o-Velho, a exemplo dos mandatos anteriores aqui, honra seja feita, nós estamos também a fazer aquilo que é possível seja através da área de reabilitação urbana e inclusivamente dei indicações aos serviços que as ligações podem ser concretizadas até a custo do próprio Município, para que haja uma solução de continuidade. _____

_____ Ainda uma outra ciclovia, no âmbito do PAMUS, que é aquela que liga a nossa ciclovia ao Apeadeiro de Montemor-o-Velho, que é também uma possibilidade que foi sugerida por mim, enquanto Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho, aos consultores que vieram estudar essa possibilidade e, sempre na mesma ótica de dar continuidade à nossa ciclovia, independentemente, daquilo que dependemos dos outros Municípios. Penso que esclareci todas essas questões. _____

_____ Quanto à questão do Senhor Bruno Ferrão eu pedia autorização ao Senhor Presidente para que os serviços, porque são questões técnicas, possam responder, sendo certo que se iniciou um processo a propósito da interpelação do Senhor que a Dr.ª Andreia vai explicar ao senhor deputado como é que está e qual o ponto da situação.” _____

_____ O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Andreia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

Lopes que disse: “Na sequência do pedido de esclarecimento do Senhor deputado, os serviços pediram à Fiscalização Municipal para ir ao local e verificar então, o que é que se estava a passar, efetivamente que tipo de estrutura tínhamos ali, que tipo de espaço é que estavam a ocupar e que tipo de publicidade é que se tratava. _____

Nesta sequência a uma informação da fiscalização que pode ser consultada, com fotografias anexas e nós iniciámos, porque não havia licenciamento relativamente a esta publicidade que efetivamente existe no local, um procedimento e, oficiámos a sociedade neste caso, a empresa, para que iniciasse o procedimento do licenciamento da mesma. Neste momento, está nos serviços para informar e, portanto, é aquilo que eu tenho para informar, porque efetivamente já há um pedido dessa mesma sociedade que é o Olhar Cintilante, como todos devem já ter percebido e, está nos serviços competentes para informar relativamente ao pedido. _____

_____ Usou da palavra o PCM que disse: “Serei muito rápido. Quanto à interpelação do Senhor Presidente da Junta, António Pardal, a qual agradeço, ele já tinha feito essa interpelação pessoalmente e, eu próprio já era conhecedor das suas ideias. Eu concordo com as duas ideias em concreto, mas como já lhe referi e, também vou partilhar com os senhores deputados, já interpelei o Senhor Presidente da Câmara de Soure em relação à ligação de Alfarelos àquela estrada do campo em Alfarelos, que eu acho que seria uma ideia magnífica e, a propósito disto, permitam-me fazer uma consideração. É fácil resolver o problema das estradas do campo, desde que os municípios invistam e, não é assim tão pouco como isso. Eu lembro que há dois projetos para as duas travessias, as retas são do município e, a reparação das duas travessias, custa 700.000€ e, não ficam com a largura desejada para o trânsito, porque o problema daquelas estradas é que elas não foram projetadas para aquele fim a que hoje estão a ser utilizadas e, portanto, precisam de um alargamento e, precisam de um conjunto de medidas de trânsito que não são compatíveis com a sua conceção originária e, por isso eu já expliquei ao senhor Presidente da Junta, que já interpelei o Senhor Presidente da Câmara de Soure, que se manifestou disponível para diálogo, não só para esta, mas também para aquela do Moinho Almojarife. Porque, ele se fizesse intervenção, teria de ser também com a do Moinho Almojarife e, portanto são negociações que decorrem, vamos ver, porque não é fácil resolver do ponto de vista financeiro, o custo das mesmas, até porque, custo por custo, haverá também outra ligação, que poderia resolver em grande parte esta situação das estradas do campo que é a ligação à margem do Centro Náutico e, que tem uma dificuldade muito grande, que é a substituição da adutora, que é de grandes dimensões e em grande extensão e, portanto torna difícil a execução daquela obra. _____

_____ Quanto à questão do cruzamento para a saída da A14, que tem a ver com o Município

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

da Figueira da Foz e com a Brisa, a propósito de uma interpelação do Senhor Presidente da Junta da Ereira, também se pode incluir na mesma reivindicação que ele faz e que nós vamos fazer no ofício, no sentido de interpelar a Câmara Municipal da Figueira da Foz para se juntar a nós nesta demanda, no sentido de tentar resolver o problema com o qual eu concordo. Senhor António Pardal, concordo por inteiro, que é um cruzamento perigoso e, portanto nós podemos juntar aos assuntos do alargamento das estradas que dão acesso à Ereira, este assunto e, de certa forma, os dois municípios interpelarem, com força redobrada, a Brisa. _____

_____ Solicito aos Serviços que, também, com esta situação sugerida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, António Pardal, nessa interpelação que vamos fazer à Câmara da Figueira da Foz a propósito da Junta de Freguesia da Ereira e do alargamento das Estradas que vão até Santa Olaia, do acesso à direita por Santa Olaia e, portanto, que inclua também este troço. ____

_____ **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** _____

_____ A AM tomou conhecimento e apreciou a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. _____

_____ **Ponto 3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Cessação do procedimento de contração de empréstimo ao abrigo do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado de 2017, entretanto revogada.** _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Com a sua autorização eu vou fazer uma breve intervenção introdutória aos três pontos e, depois, o Dr. Cristiano vai explicar tecnicamente os pontos. Dar nota de que, como é sabido, tínhamos pendente uma renegociação de dívida, que não é dívida deste executivo ou do mandato anterior e, portanto, são dívidas que vêm do período de 2009 e que necessariamente têm que ser reformuladas, dado o incumprimento e a impossibilidade de cumprimento dos mesmos empréstimos ou do serviço da dívida que os mesmos acarretam. Portanto, nós fizemos várias tentativas e, vamos provavelmente no plano D mas, aquilo que aconteceu foi que a Caixa Geral Depósitos introduziu uma condicionante na sua proposta de empréstimo que necessariamente vai inviabilizar esta mesma renegociação. Nós sabemos disso, já há informações sobre esse assunto e, sobretudo, entendemos também que as condições atuais são mais vantajosas, para se renegociar novamente este empréstimo de 2009 os outros empréstimos que tínhamos com spreads elevados e, por isso mesmo, decidimos rever todo o nosso procedimento até aqui e, decidimos abrir um novo procedimento de renegociação destes empréstimos que, naturalmente, hoje já

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

são mais baixos em termos de montantes em relação ao início desta história em relação ao plano A, que nós esboçamos há uns anos atrás e, portanto, nessa perspetiva, hoje sabíamos e estávamos informados e bem avisados de que haveria melhores condições e, haveria melhores oportunidades para renegociar estes empréstimos e por isso, abrimos novo procedimento e hoje já o trazemos aqui para que se possa de certa forma, aliviar financeiramente a herança do passado e, que de certa forma, possamos encarar o futuro com outro otimismo. Também existe uma franca esperança que, desta vez, será muito mais fácil de obter o visto do Tribunal de Contas, porque o processo foi muito mais limpo ou seja, não há à primeira vista qualquer entrave a que esse visto seja concedido poderá haver um pedido de esclarecimento, ou poderá haver naturalmente, qualquer dúvida, mas serão questões menores. Para finalizar dar nota de que, por mérito do executivo anterior que antecedeu o atual e, pela gestão que estamos a fazer desde 2013, podemos fazer a suspensão do plano de saneamento ou das medidas do plano de saneamento financeiro, dada a boa saúde do Município, dado termos reencontrado o equilíbrio orçamental e, o equilíbrio da despesa, o equilíbrio financeiro necessário, para que possamos fazer isto e usufruir também desta medida do Governo, deste atual Governo que não vê os Municípios da forma que via o anterior Governo e que está a dar uma oportunidade para que os Municípios possam gerir financeiramente a sua casa com alguma liberdade, mas uma liberdade inteligente e responsável. E é isso que queremos fazer. É isso que queremos aproveitar porque se nos esforçámos tanto para reequilibrar financeiramente o Município, também merecemos esta pequena “vitória” de estarmos no pelotão daqueles que são cumpridores, daqueles que efetivamente têm uma situação financeira estável. Tecnicamente gostava que o Cristiano explicasse com a devida autorização do Senhor Presidente da Assembleia.” _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Obrigado Senhor Presidente, eu antes de passar a palavra ao Dr. Cristiano pedia-lhe só que se focasse apenas agora só no ponto 3., porque o Senhor Presidente deu uma explicação mais genérica e, foi já ao ponto 5. Portanto, eu penso que é mais fácil até para Assembleia, e agradecia-lhe que explicasse para já, só o ponto três.” _____

_____ Usou da palavra o Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita, que disse: “Relativamente ao ponto 3., em complemento ao que foi dito pelo Senhor Presidente, nós endereçamos uma nova operação de substituição de dívida com novas consultas ao mercado e, este ponto que vem aqui, que é a cessação do procedimento que nós fizemos o ano passado até porque, a norma habilitante deixou de estar em vigor porque, era ao abrigo do orçamento de Estado de 2017 portanto, a lei do orçamento estado para 2018 tem uma norma habilitante com idênticos moldes portanto, deixou de ser o artigo 81.º, passou a ser o artigo 101.º e, nós vimos que temos condições muito mais vantajosas, como está depois no ponto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

seguinte. E, portanto, é necessário que seja deliberada aprovação de cessar o procedimento que foi feito ao abrigo do artigo 81.º, para que nós comuniquemos esse mesmo procedimento ao Tribunal de Contas e depois, possamos sim, após a devida aprovação, do ponto 4. remeter o novo processo para fiscalização de visto prévio.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Abordando apenas o ponto 3. não gostaríamos de deixar passar a oportunidade de frisar que estamos perante um conjunto de propostas, se pensarmos nos ponto 3, 4 e 5 que são trazidos à assembleia, que demonstram bem a atuação que este executivo tem levado a cabo. Não só em sede financeira, económica, mas também orçamental. Trata-se de uma prova inequívoca do empenho e da perseverança que permitiu a este executivo renegociar a dívida com a banca, e sabemos bem como é difícil renegociar dívida com a banca, nomeadamente quando o valor da dívida herdada é elevado. Este equilíbrio orçamental e financeiro permite agora felizmente, a para bem do Concelho e dos Montemorenses, cessar o anterior empréstimo e apresentar um outro com condições bastante melhores que permitem, não só honrar os compromissos assumidos, ou seja, pagar a tempo e horas como deve ser e como este executivo tem demonstrado ser o seu timbre, mas sobretudo dispendir menos recursos no serviço da dívida. _____

_____ Desta forma, esta bancada do Partido Socialista saúda o executivo do Partido Socialista pelo bom trabalho nomeadamente, na pessoa do seu Presidente, pelos resultados obtidos e aqui demonstrados.” _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____	
_____ Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	A Favor-----
_____ Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____ Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
_____ Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
_____ António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----

_____ A AM tomou conhecimento. _____

_____ **Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Empréstimo a médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos em vigor em 31 de dezembro de 2017, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2016, de 28 de dezembro, até ao valor de 13 315 152,98 €.** _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita, que disse: “O ponto 4. que aqui se traz, será a aprovação de uma nova operação de substituição de dívida, para o qual está um relatório que foi elaborado pelo júri, para a elaboração das propostas e, cumpridos que estão os quesitos do artigo 101.º do Orçamento de Estado, que é o que permite a elaboração deste procedimento, portanto, o que se prevê será a sua votação e a sua aprovação para remessa ao Tribunal de Contas para fiscalização.” _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Não estava para falar neste ponto, mas não resisto. Primeiro foi falado no anterior Governo já sabemos que o nosso país estava sob a ação da troika e, portanto haviam procedimentos muito rigorosos relativamente a estas questões. Depois, este empréstimo, aquilo que eu queria perguntar, porque quantos anos é que é? E quanto é que o Município poupa por mês com o alargamento do prazo deste empréstimo? Dizer que a Lei que é de 2016 permite efetivamente outro tipo de contratação, outro tipo de empréstimo, e portanto permite renegociar o que havia e que, diga-se a bem da verdade que, em 5 anos, aquilo que parecia que à partida era impossível, que estávamos num beco sem saída, realmente conseguiu-se. Não digo que não tenha sido feita uma boa gestão é verdade, mas também a verdade tem que ser dita: É que as obras ficaram aí e são utilizadas. Portanto, eu estou farta de dizer isto, volto a dizer, ou se aproveitavam os quadros comunitários à data, ou então não se tinham as coisas e, portanto, a dívida existiu, foi trabalhada essa gestão durante 5 anos, e agora a lei permite-nos efetivamente outro tipo de empréstimos ou renegociar os empréstimos que tínhamos, e portanto aqui alguma folga financeira daquilo que me parece, a partir daqui, deste momento que se façam de facto, estes novos empréstimos, uma nova folga financeira, certo?” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita, que disse: “O presente empréstimo que se está aqui a colocar à votação, é para celebrar pelo período de 20 anos ou seja, o artigo 101.º do Orçamento de Estado, que é o artigo que possibilita a realização desta operação, quanto ao prazo do empréstimo, ele remete para a Lei 73.º e, aí esse o prazo vai até 20 anos, e a operação que está aqui para ser votada é para 20 anos. _____

_____ Em termos de poupança ou seja, o que temos de ver que é o que está cumprido, se não nem sequer estaria aqui para ser aprovado, tem a ver com os cumprimentos dos encargos atualizados ou seja, há uma taxa de atualização, e portanto nós temos que fazer os encargos que nós tínhamos com os empréstimos com os quais pretendemos substituir e, com este novo empréstimo, o que tem que se verificar é que esses encargos desta nova operação em termos atualizados têm que ser inferiores aos encargos que nós tínhamos com a solução que está em vigor, portanto, isso é cumprido. Dar nota também que efetivamente esta operação só é possível porque temos que cumprir os quesitos do art.º 101.º, que tem a ver com a situação financeira ou seja, o Município tinha que estar dentro um determinado limite ao endividamento, para poder fazer esta operação, caso contrário nem sequer era permitida, mas nós conseguimos.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Era só para perceber realmente se nos sabem dizer, quanto é que é o valor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

que existe de poupança, era só isso.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Peço desculpa, o Dr. Cristiano esqueceu-se. Nós já estávamos a alertá-lo que se tinha esquecido dos valores em causa.” _____

_____ Retomou a palavra o Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita, que disse: “A situação que nós temos atualmente implica um desembolso financeiro ao Município na ordem dos 3.500.000€ por ano, com serviço da dívida. A operação que está aqui para ser votada e apreciada vai dar origem a um encargo de aproximadamente 750.000€ por ano.” _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

VOTAÇÕES

_____ Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	A Favor-----
_____ Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	A Favor-----
_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
_____ Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
_____ António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----

_____ A AM tomou conhecimento. _____

_____ Pediu a palavra o membro António Augusto Torres (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Primeiro, justificar o atraso, porque tem a ver com questões profissionais e não sendo profissional da política com certeza que terei de dar prioridade sempre a questões laborais e por isso justificar efetivamente o meu atraso. _____

_____ Em relação ao ponto 4, que na verdade, está aprovado, é evidente estando também, ligado um pouco à matéria financeira, dar aqui também declaração em relação ao voto. A bancada da coligação por Montemor Tudo e Sempre (PPD/PSD-CDS/PP) da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, vem por este meio referir que no que diz respeito ao ponto em questão e na sequência da divulgação por unanimidade da Câmara Municipal da aprovação do empréstimo de médio longo prazo, manifestamos com agrado as propostas apresentadas pelas instituições bancárias convidadas e, mencionar e bem, todas a exercer a atividade na área do Município. E uma outra que está registada neste caso o Santander Totta, com interesse na operação e, sendo, neste momento, vantajoso como foi dito para o Município, também não deixa de haver aqui algum interesse por parte das instituições porquê? Porque foi mencionado e, muito bem que poderia haver um incumprimento ou situação de incumprimento dos empréstimos e com certeza que as instituições de crédito neste momento não querem que hajam incumprimentos e previnem-se. Por isso, Foi bom para o Município de certeza absoluta, também foi bom e foi estratégico para as instituições em causa que foi mencionado por vós na perspetiva de haver algum incumprimento financeiro. _____

_____ E neste caso também, já agora, até por uma questão de pormenor, deixava aqui um parênteses e uma nota a nível pessoal e já agora até, dar nota aqui a quem decide isso. Gostaria também muito de ver referido aqui nas instituições de crédito o Millennium BCP e porquê?

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

Porque é onde na verdade eu exerço a minha atividade laboral e que desempenho com bastante orgulho e gostaria de eventualmente, também, por questões profissionais já agora, também poder saber e estar por dentro das questões e até mesmo poder argumentar em relação a condições. _____

_____ No entanto, e após uma pequena análise às condições de financiamento apresentadas pelas instituições bancárias, e no que se refere ao prazo de liquidação do empréstimo de 20 anos, verificamos que se o prazo fosse reduzido para metade e quando falo em metade, falo em 12 anos,, no fundo, reduzir o prazo a 12 anos, porque acho um prazo aceitável, haveria uma poupança nos juros, logicamente que este cálculo, como disse e muito bem, pessoas ligadas à matéria também sabem fazer contas e que, essa poupança nos juros traduzir-se-ia numa importância de perto de 700.000€. Coincidência ou não, vejam bem a que isto chega, foi precisamente uma verba que o Senhor Presidente e, muito bem, há bocado referiu para o arranjo de duas estradas do Município de Montemor e que daria perfeitamente, encaixava perfeitamente na questão do arranjo das suas estradas. Era perfeito, poupava 700.000€ na questão dos juros. Eu não quero ensinar nada, é só uma sugestão. Esses 700.000€, passava efetivamente, para o arranjo das estradas que, muito bem, nós temos andado aqui a argumentar.

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Oh Senhor Deputado, eu só vou interrompê-lo por uma questão formal. É que o Senhor deputado, se tivesse feito essa intervenção antes, seria correto. O Senhor deputado pediu-me a palavra para uma declaração de voto. Portanto, estando a extravasar esse assunto, é apenas por uma questão formal que eu o interrompo. Portanto agradecia que, uma vez que o ponto está aprovado e até por unanimidade, agradecia que se cingisse à declaração de voto. _____

_____ Retomou a palavra o membro António Augusto Torres (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Como vêm isto é tudo uma questão de inexperiência, com certeza, em termos futuros, as coisas não se passam assim. Perdoe-me a minha inexperiência e este meu pouco à vontade também, que eu, a pouco e pouco, até me vou desinibindo e, até me vou libertando e, até é bom penso eu, para a própria Assembleia, poder estar desinibido, que é importante para nós todos. Afinal de contas, é a primeira vez que vejo aqui um sorriso na cara das pessoas. _____

_____ Isto depois vem no seguimento que um ditado diz, e é verdade, quanto maior for o prazo, maior será o montante de juros a suportar, logicamente, quem vai pedir um crédito ao banco sabe de antemão que, por nós interessa-nos alargar mais o prazo porque mais nos paga por isso, se eventualmente houvesse aqui um prazo reduzido, com certeza, se calhar o farão. Isso vai afetar certamente a questão das gerações futuras. Saliento que esta bancada não deixa de referir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

que é fundamental optar-se pela decisão de reestruturar a dívida, aproveitando a oportunidade que a atual legislação possibilita, sendo este o caminho que o executivo tem que percorrer para de uma vez por todas deixar de referir a dívida deixada e manter as contas de acordo com o proclamado.” _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de passarmos ao ponto 5., com a liberdade que dei ao Senhor deputado municipal, deixe-me só acrescentar que a partir de hoje, o Santander é Santander Portugal e, efetivamente a sua proposta, sendo legítima do Millennium BCP, não sei se o Senhor entrou num processo de conflito de interesses. Isto só para nos distrairmos um pouco.” _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Como surgiu a dúvida da questão do ponto cinco e ponto seis, se um deveria ser primeiro que o outro, como disse à senhora deputada Maria João Sobreiro, essa explicação e justificação de que os pontos poderiam ser ordenados desta forma, será dada pelo Senhor Presidente. _____

_____ Usou da palavra o PCM que disse: “Senhor Presidente, só um esclarecimento, porque ficou no ar aí uma dúvida. Todas as instituições de crédito deste país foram convidados aliás, essa foi a nossa estratégia em relação à abordagem deste convite. Todas, sem exceção, e o Millennium, inclusive. Nessa situação, não haja dúvidas que foram todas convidadas, aliás está disponível ou acessível essa informação. Em relação às questões técnicas, o Dr. Cristiano vai explicar.” _____

_____ Pediu a palavra o membro António Augusto Torres (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Se há coisas que eu não gosto, é de falar daquilo que eu não sei. Podia, eventualmente, se visse lá escrito na informação que nos foi disponibilizada, o nome do BCP, com certeza que eu nem tão pouco poria essa questão. Vejo lá inclusive que não deu resposta o Montepio. No Montepio, vem lá sim senhor, que não dá resposta, não vejo lá a referência ao Millennium BCP senão, eu estaria eventualmente calado, ponto final.” _____

_____ Retomou a palavra o PMAM que disse: “Nós, depois, poderemos ver aqui com o Dr. Cristiano essa questão, não vamos demorar tempo adicional. _____

_____ Dr. Cristino, nós entraríamos no ponto 5. da ordem de trabalhos e, antes de entrarmos na suspensão do Plano de Saneamento Financeiro a explicação porque é que o ponto 5. Está bem agendado antes do 6. e, não devia ser ao contrário.” _____

_____ **Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, ao abrigo do artigo 97.º, n.º 4, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE2018).** _____

_____ Usou da palavra o Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

Rita, que disse: “Aqui o agendamento está correto, porque a competência para aprovação dos documentos de prestação de contas é do órgão executivo, o qual já as aprovou na reunião do passado dia 23, e, para além da aprovação, deliberou remeter à assembleia para apreciar e votar, no âmbito das competências de apreciação e fiscalização que são dadas no anexo um da Lei 75/2013 à Assembleia Municipal. _____

_____ Relativamente ao ponto 5., o que aqui está é uma suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, suspensão esta que é só em termos formais e que só vigora primeiro durante este ano, porque isto só é possível pela Lei do Orçamento de Estado, a menos que a próxima Lei do Orçamento de Estado trago norma idêntica, é que se mantém desde que o Município não ultrapasse os limites ao endividamento consagrados no artigo 52.º do RFALEI. Caso isso aconteça, essa suspensão cai de imediato, e portanto o Município terá que cumprir novamente com tudo o que está previsto no Plano de Saneamento Financeiro.” _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu julgo então, que dado o esclarecimento, podemos passar à discussão do ponto.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Este ponto vem na senda dos outros dois anteriores. Efetivamente, o executivo traz a esta Assembleia Municipal a proposta para suspender este Plano de Saneamento. Está, obviamente, a usufruir de uma faculdade que a Lei do orçamento aqui permite e, portanto, a bancada do Partido Socialista saúda também o executivo por esta medida e, naturalmente, votará favoravelmente. _____

_____ Aproveito também o ensejo para referir que efetivamente esta medida legislativa prevista na Lei do Orçamento de Estado que permite aos Municípios suspender os Planos de Saneamento Financeiro, é uma novidade que se vê com muito bons olhos na medida em que demonstra uma relação diferente do Governo Central com os Municípios e, demonstra, troikas à parte, que há uma outra forma de tratar o défice público e, há uma outra forma do Governo Central, se relacionar, como eu dizia há pouco, com os Municípios. Portanto, é uma forma de aliviar a pressão, os constrangimentos e as obrigações que pendem sobre as autarquias locais, e isso certamente, não tenho a menor dúvida, vai refletir-se não só na gestão do Município, mas também na vida de quem vive no Município de Montemor-o-Velho. Portanto é uma medida legislativa que é do nosso ponto de vista de louvar.” _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____	Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____	Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	A Favor-----
_____	Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
_____	Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
_____	Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____	Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____	Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
_____	Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____	António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
_____	Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	A Favor-----
_____	Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
_____	Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____	Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____	Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
_____	Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____	Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____	Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____	Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
_____	Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____	Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____	Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____	Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
_____	Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____	Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____	Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____	Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
_____	António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____	João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____	Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
_____	Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

_____ A AM tomou conhecimento. _____

_____ **Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas 2017.** _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente pedia para dispensar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

temporariamente o Dr. Cristiano e pedir a comparência aqui do Revisor Oficial de Contas, Professor Marques de Almeida, que melhor do que eu, poderá falar com propriedade e com total isenção sobre esta prestação de contas e, portanto, gostaria que me desse permissão para que o mesmo pudesse intervir nesta assembleia.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Revisor Oficial de Contas, Professor Doutor Marques de Almeida que disse: “Auditámos as contas do Município de Montemor-o-Velho que apresentam em 31 de dezembro de 2017, um total do ativo em números redondos de 118.744.000€, um total de fundos próprios de 70.632€ e, um resultado líquido de 962.799.000€. Portanto, estas contas foram apresentadas de acordo com o sistema de normalização contabilístico que se aplicar às entidades municipais e, portanto, quer da parte do ativo, quer na parte de capitais próprios, quer na parte dos resultados, as contas estão adequadamente apresentadas e de acordo com a Lei.

_____ No total do ativo 118.744.000€, cerca de 60,4%, são imobilizados, quer financeiros, quer corpóreos, quer outros. Do restante ativo corrente, os números também são bastante inferiores, no entanto, relativamente ao imobilizado, há que ver que nem tudo está bem. Há cerca de 27.228.000€ de imobilizado em curso que ainda não estão identificados. Este valor do imobilizado, portanto, os 27.228.000€, começam a nascer, a fonte disto é o ano de 2002. A partir do ano 2002 há todo um conjunto de investimentos que foram feitos no Município e que neste momento não estão a ser amortizados, nem estão a ser transferidos para a conta de exploração da Câmara os respetivos subsídios. Se, de facto, estes investimentos passarem a ser amortizados como exige o Tribunal de Contas, é natural que isto se vá refletir negativamente na conta da exploração do edifício e, em vez de cerca de 1.000.000€ apresentados de resultado, isto descesse alguma coisa para a ordem dos 900.000€, 800.000€. Ora bem, isto é um trabalho que ainda não está totalmente efetuado. Foi efetuada este ano, uma transferência de 462.000€, que se refere a um conjunto de obras de reparação de estradas e caminhos municipais da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, da freguesia de Arazede, da freguesia de Liceia, da freguesia de Tentúgal, Carapinheira, etc., mas o total ainda não está identificado, isto carece de facto, de um trabalho administrativo relevante e, como disse e, posso acrescentar, mais de 90% dos Municípios, têm este problema em aberto. Portanto, não é um problema exclusivo do Município de Montemor e, que neste momento, as insistências dos relatórios de auditoria são de tal ordem, que o Tribunal de Contas está a exigir aos executivos municipais que resolvam este problema e, este problema está a ser resolvido, foi resolvido este ano uma parte e, segundo a informação que nos foi transmitida vai ser resolvido também durante este ano, eventualmente no próximo. Porque, de facto é um trabalho de muita profundidade e a maioria das pessoas que estão ligadas a esta problemática, já se esqueceu onde é que estão esses investimentos. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Por outro lado, relativamente aos imobilizados, nós também recomendamos aqui que seja revista a política de seguros. _____

_____ Relativamente aos indicadores económico-financeiros, estou a fazer uma leitura económica e financeira e não uma leitura política ou ideológica, os indicadores e os rácios financeiros, comparativamente do ano 2016 para 2017, o que ressalta efetivamente aqui é que os indicadores de equilíbrio a curto prazo do Município diminuíram um pouco de 2016 para 2017, mas são ainda extremamente confortáveis. Todos eles o indicador da liquidez geral, de liquidez reduzida e de liquidez imediata, denotam, de facto uma saúde a curto prazo digna de realce. Por outro lado, a estrutura de endividamento também teve uma progressão favorável durante o ano de 2017. Portanto, são indicadores que são salutares e, como nós acompanhamos a atividade do Município já há uns anos, denotamos que, de facto, de ano para ano tem havido uma progressão e, tem havido uma atuação no sentido de equilibrar as contas, no sentido de diminuir e tornar mais acessíveis em termos económico-financeiros, todo um conjunto de situações, que ocorreram há cinco ou seis anos, que de facto, na altura evidenciavam um Município em desequilíbrio. Eu só estou a referir-me, aos indicadores económico-financeiros, não estou a fazer nenhuma leitura política diste. Por amor de Deus. E, portanto, de facto, nota-se até sob o ponto de vista administrativo e do ponto de vista de gestão do dia-a-dia, uma mudança bastante profunda e que, de facto, se consubstancia no ano 2017 com umas contas que se podem considerar bastante equilibradas com um resultado positivo mesmo descontando os efeitos do imobilizado em curso, o resultado seria também positivo e, os indicadores económico-financeiros são também bastante favoráveis e, portanto a sociedade que eu represento, recomenda aos senhores deputados que aprovem as contas porque elas de facto, representam de uma forma verdadeira e apropriada a estrutura económico-financeira do Município de Montemor-o-Velho, bem como as estratégias que têm sido encetadas para o problema do desequilíbrio das contas. _____

_____ A nossa recomendação é que as contas sejam aprovados.” _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Muito obrigado Senhor Professor Marques de Almeida, de facto, percebemos as suas questões técnicas, vamos agora à discussão política e, portanto, eu dou a palavra à Assembleia.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Vou começar a minha intervenção por dizer que, depois de ouvir o Senhor Professor falar, não poderia ter deixado de ficar satisfeita. A verdade é que aos poucos nós temos vindo a assistir efetivamente a uma prestação de contas cada vez mais transparente. Legal, isso acredito que tenham sido todas, não estou a pôr sequer em causa, que não tenham sido mas que, fundamentalmente, colocam, como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

foi dito as contas do executivo camarário no bom caminho. Eu até fixei a “saúde de curto prazo” que é digna de realce nesta altura por parte das contas da Câmara Municipal. Os resultados são bons. Estou a ouvir ali alguns apartes e, se por acaso, a dívida aumentou, ou se, as despesas aumentaram também, depois de paga a dívida nos primeiros anos, a verdade é que depois da estabilidade financeira, que foi fundamental, eu já aqui disse isso mais do que uma vez, os primeiros 2, 3 anos, começou-se a fazer obra. E como as minhas colegas de bancada do meu lado esquerdo gostam muito de referir, sem obra não há despesa, portanto, quando há obra, há despesa. Aumentou-se a obra porque se conseguiu colocar as finanças mais ou menos em ordem, nomeadamente naquilo que diz respeito ao atual executivo, sendo de salientar que eu não me querendo meter em contas, que já foram explicadas por quem sabe, e não por mim, a verdade é que grande parte da dívida que agora também está a existir vem de 2002, quer se goste quer se não goste, não é deste executivo, vem de trás. Foi de obra, não ponho em causa, e também não ponho em causa que seja dívida da Câmara, e portanto, a Câmara, independentemente de qual é o executivo tem de a pagar, mas não foi este. _____

_____ Atendendo também à leitura que fiz e que fala de festas, pois pode haver festas. As festas não aumentaram a dívida. Não foram as festas que aumentaram a dívida. e possivelmente nesta altura, primeiro sempre houve festas, nunca deixaram de ser feitas, e se calhar, nunca as contas das festas apareceram de forma tão clara e com todas as despesas e, portanto, nada é camuflado. As coisas apareciam lá só que não entravam na rubrica das festas, e portanto ficavam um bocadinho dispersas por aquilo que me foi dado a perceber, mas, por outro lado, também tal como há bocadinho falei do Festival do Arroz e da Lampreia, a verdade é que também são estas festas, as festas do Concelho, as festas da Vila que atraem multidões e que dão projeção, se calhar maior projeção anual deste Concelho e são fundamentais para os povos e para as gentes deste Concelho. E são festas não deixam de ter a parte cultural, além da parte toda comercial industrial, agrícola tudo aquilo que traz de desenvolvimento, mas até de convívio e cultura, independentemente de estarmos a falar ou não dos artistas e até de receitas para as associações que nelas participam. Elas são fundamentais e também são fontes de receita e de receita que muitas vezes não é contabilizada em termos financeiros e económicos para o Concelho, mas que são muito mais importantes do que o dinheiro que podia trazer nomeadamente, e volto a referir, o facto de trazerem e elevarem alto, e nos últimos anos acho que bem alto e com muita qualidade, o nome do Concelho de Montemor-o-Velho, um bocadinho por esse país fora, mas até eu fico mais satisfeita quando vejo a alegria do povo de Montemor e das gentes de Montemor pelas festas que têm sido proporcionadas, portanto as festas também fazem parte, referindo que nem sequer aumentaram a dívida. Portanto, o que eu saliento aqui,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

porque é aquilo que tem de ser salientado efetivamente é que os resultados são bons, a situação da Câmara nesta altura a continuar assim, está no bom caminho e é isso que nós temos de apreciar e que só posso estar satisfeita em nome da bancada que represento, por esses resultados e pela explicação técnica que ouvi por parte do Senhor Professor e precisamente por isso, iremos votar favoravelmente e até direi com muito orgulho, este documento que além do mais traduz as políticas do Executivo PS, e que possivelmente se fosse outra força política não seriam estas, seriam outras, mas isso faz parte da vida, e é isso que nos diferencia.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Nós, naturalmente, não estamos de acordo com aquilo que disse a Dr.ª Albertina Jorge, com o devido respeito. Naturalmente nós votámos contra as Grandes Opções do Plano, porque não nos revemos nas mesmas e, portanto não tinha lógica nenhuma agora irmos votar favoravelmente as contas, porque esse não seria o nosso caminho. E como não seria o nosso caminho, não vamos estar aqui agora a dizer coisas que assim não são. É a nossa opinião, é a nossa forma de estar e continuaremos a defender aquilo em que acreditamos. Há aqui duas ou três coisas que, porém, eu quero dizer. Os executivos herdaram sempre dívida, portanto herdou agora, no passado já outros tinham herdado, e isto faz parte de uma gestão autárquica que é mesmo assim. Umas são maiores outras são mais pequenas é verdade, mas isto é um dado e se assim não fosse se calhar não seria bom porque não haveria obra não haveria investimento. Há Municípios que optam por fazer empresas municipais para não endividarem mais o seu Município, portanto para terem as contas equilibradas, todos sabemos, para fazerem outros empréstimos e investirem noutras áreas, e portanto, esta conversa para nós, estamos cansados de falar sobre isto e todos sabemos um pouco sobre isso. _____

_____ Sobre contas, se calhar não sabemos muito, mas de qualquer das formas há aqui uma verdade que eu também quero dizer e quero lembrar. Realmente, equilibrou-se o Município é uma verdade mas, eu pago cá o meu IMI, já o pago há 15 anos, eu pago cá a minha água e sei quanto é que aumentou, e portanto não vale a pena estarmos a dizer o contrário, e já falámos várias vezes sobre isto, que é o encaixe financeiro que houve, com esse aumento. Isso é um dado adquirido, os números falam por si. _____

_____ Estas eram umas considerações que queria tecer inicialmente, e portanto acho que aqui ninguém tem dúvidas sobre isto. _____

_____ Em relação à Prestação de Contas propriamente dita, nós temos aqui uma outra questão, eu diria que são mais opções políticas, são mais, se calhar, dirigidas ao Senhor Presidente. A questão do Boletim Municipal que saiu antes das eleições autárquicas e está aí na página 41 o valor desse Boletim Municipal, pago por todos os contribuintes, penso que foi 10.000€, se bem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

que eu consegui ver, eu penso que sim. Já na altura nós questionámos esta opção do Município e do executivo, de terem lançado realmente este Boletim Municipal na véspera das eleições autárquicas e que, na nossa opinião, ficou um bocadinho dispendioso. _____

_____ Depois, na Feira do Ano também verificámos na página 42 que houve cerca de mais 200.000€ gastos, e, lá está, é uma opção do Executivo, é uma opção suportada pela bancada do Partido Socialista, são opções que, muito provavelmente, não seriam as nossas. _____

_____ Depois de nós temos aqui uma dúvida na página 21 e tem a ver um com mais de meio milhão de euros, 541.000€, em equipamento básico. Nós gostaríamos de questionar que tipo de equipamento é este, não conseguimos perceber. _____

_____ A questão da Festa de Natal na página 44, nós achamos que os montantes eram baixos, gostaríamos de saber se de facto, essa despesa foi paga em 2018. _____

_____ Também verificámos um agravamento dos resultados operacionais, um aumento da despesa corrente. A que se deve o aumento da despesa corrente de € 508.221,36€, na página 212 e, finalmente, o passivo de curto prazo na página 218 que diz o passivo de curto prazo registou um aumento de 20,36%, o que em termos absolutos, significa um aumento de endividamento em 864.927,59€, esta é uma rubrica que está na página 218 e estas são para já as questões que tenho para o Senhor Presidente.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “O documento de prestação de contas que somos agora levados a votar, revela e traduz as insuficiências, a falta de estratégia e as opções erradas que a CDU prontamente anunciou aquando da discussão do respetivo orçamento. Foi nessa sede. Aquele era o orçamento, dissemos, da política do pavimento, do alcatrão das pinturas e dos alindamentos em período eleitoral. Aí estão os valores da despesa e rubricas como a feira anual, o Festival do Arroz e da Lampreia, nada a que nos oponhamos no conjunto. Mas, no conjunto, ascendem a valores próximos de meio milhar de euros. Para o confirmar, compare-se por exemplo, estes valores com o montante executado, a título de delegação de competências, para as Juntas de Freguesia, com valores a rondar os 200.000€. Encontrar-se-á o peso relativo das opções políticas deste executivo. _____

_____ Já do lado da receita, o aumento do peso dos impostos diretos, das taxas, multas e outras penalidades, bem como da venda de bens e serviços correntes, é bem revelador daquilo que a CDU tem vindo sistematicamente a denunciar. É à custa do sacrifício das famílias do concelho que tem recaído a obtenção da receita 47,57% na soma das rubricas anteriormente referidas, que o executivo pretende apresentar como resultado uma boa gestão e redução de passivo. _____

_____ A execução orçamental encontra-se na sua generalidade abaixo do orçamentado, com destaque para as despesas de capital, cujo grau de execução se fixou abaixo pelos 68,43%. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Assim sendo expressão e resultado de uma política de navegação à vista, sem transferência e sem definição de verdadeiras prioridades para o desenvolvimento do concelho, este documento de prestação de contas de 2017 só pode merecer o voto contra da CDU.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Em primeiro lugar dispensar o Professor Marques de Almeida, porque não foi interpelado. _____

_____ Peço ao Senhor Presidente da Assembleia para que o Dr. Cristiano possa voltar, porque há aqui uma explicação que é de carácter técnico que é o aumento do passivo de curto prazo e dar nota das respostas que pretendo dar às questões que me foram colocadas. _____

_____ As empresas municipais contribuem para as dívidas dos municípios, são refletidas nos passivos dos Municípios, erro de apreciação ou julgamento. Os executivos herdam sempre dívida. Concordo. Não vão herdar dívida da minha parte, enquanto for presidente da câmara, é a diferença. _____

_____ Quanto à questão do Boletim Municipal, foram 10.000€ absolutamente assumidos. Houve um atraso na publicação, que só foi em agosto. É um boletim de periodicidade semestral e portanto não podia deixar de o publicar. _____

_____ Quanto à questão da Feira de ano, está aqui também o Dr. Cristiano, houve e há, da minha parte, um incentivo claro e objetivo de que se especializem as contas ou seja, aquilo que no passado era distribuído por várias rubricas que não tinham a ver com a Feira de Ano, neste momento estão concentradas, ou seja, há uma identificação correta de todas as despesas e isto vai-se passar com todas as situações na Câmara. Nós estamos a tentar especializar ao máximo e vamos contratar uma prestação de serviços para limpar e para tornar o orçamento e as prestações de contas absolutamente fidedignas e transparentes. Por isso, este aumento “brutal” que dizem das Festas Concelhias. Eu gostaria de dizer são opções que eu assumo clara e frontalmente mas, enquanto vereador da oposição que o fui, também vi aqui passar e com a aclamação por parte da bancada que hoje critica estas valores de 700.000€. Sem esta depuração que eu estou aqui a falar. Sem a contabilização geral de todas as despesas com as festas concelhias. E portanto, naturalmente, são opções que eu assumo em prol da cultura em prol da afirmação do Concelho, em prol daquilo que me orgulha quando ando nas Festas da Vila, eu sinto e vejo aquilo que as pessoas me dizem e também, as eleições e o resultado das eleições sufragaram aquilo que nós entendemos como direção e opção, e onde também as Festas da Vila foram sufragadas, o Festival do Arroz e da Lampreia e também, a Festa de Natal que nós um dia destes iremos conversar para também recentrar novamente neste Concelho, aquilo que são as virtualidades do mesmo e dar expressão além-fronteiras, de tudo aquilo que queremos fazer. _

_____ Em relação ao aumento da despesa corrente, foi aqui dita uma palavra pelo nosso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

Auditor que me parece importante. Há aqui um ligeiro aumento, mas tudo controlado, ou seja, nós aceleramos mas com controlo, com ponderação sem pôr em risco o equilíbrio orçamental e o equilíbrio financeiro da Câmara. Já de agora, permitam-me confessar que a tentação de qualquer político que vai a eleições, em ano eleitoral, é satisfazer as reivindicações que eu vou aqui dizer que são dez ou vinte vezes mais acrescidas, em período pré eleitoral. Toda a gente me batia à porta porque toda a gente acha que os políticos fazem obra antes das eleições, e eu não sou diferente dos outros, aquilo pude fazer fiz. Porque, efetivamente, as pessoas apareciam à porta a reivindicar e nós fazíamos. Eram obras necessárias e eram obras que eram importantes. Se eram importantes para as pessoas e se eu reconheci a importância, naturalmente que as fiz. Também houve muitas que recusei. Também houve muitas que não fiz porque entendi que não eram necessárias e não eram prioritários. _____

_____ Quanto à questão do aumento do passivo de curto prazo, nesta medida, gostaria que o Dr. Cristiano explicasse porque há aqui um pequenino pormenor técnico. _____

_____ Quanto à questão da intervenção do deputado Nuno Cardoso, naturalmente que as opções que se fazem do executivo, ou de partido para partido são opções claras. É evidente que eu não posso estar aqui a poupar 700.000€, e é bom que se perceba que os 700.000€ que nós poupamos se passarmos o empréstimo de 20 anos para 12 anos, não aparece na mão no mesmo dia em que faço a contratação do empréstimo. Aquilo é diluído no tempo como um banqueiro sabe e bem. Aqui é a mesma coisa são opções que se fazem. E, portanto, nessa estrita medida é evidente que os acordos de execução levaram um incremento este ano que nós achamos importante e inteligente e que foi acordado com os Senhores Presidentes de Junta para melhorar a nossa parceria. Portanto, aquilo que é possível nós fazemos e dentro de uma política que definimos. Agora, há uma nota que eu quero dar final e antes da intervenção do Dr. Cristiano, é que todos os valores foram verificados pelo ROC, e portanto a validade dos mesmos, a questão que se estava a colocar, as dúvidas que se estão aqui a colocar, não têm pertinência porque eles foram sindicados, foram auditados. Podem dizer que votam contra, mas as contas estão bem-feitas. _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita, que disse: “A questão do aumento do passivo, não é um verdadeiro aumento. O que ali está retratado é tão só nós termos que evidenciar no curto prazo aquilo que é o nosso serviço da dívida de empréstimo de médio e longo prazo, e portanto há um aumento face ao ano 2016, porque em 2015, face à situação ainda do Município, foi solicitado junto da Caixa uma prorrogação do empréstimo de saneamento financeiro essa prorrogação foi concedida pela Caixa, e recebemos notificação, e portanto não havia amortização normal, só a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

que nós fazemos extraordinário para o mínimo cumprimento do mesmo plano de saneamento financeiro. Tendo essa notificação, essa comunicação da Caixa dessa prorrogação, eu já sabendo de antemão que não iria fazer o seu pagamento, o que faço é, com base no plano do serviço da dívida, vejo o valor que tenho que amortizar naquele ano e faço o respetivo lançamento contabilístico para que o balanço evidencie isso mesmo, mas aquela dívida, é dívida de médio longo e prazo, no fundo, é só o que eu tenho que pagar durante o ano de 2018.” _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

VOTAÇÕES	
_____ Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	Contra-----
_____ Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	Contra-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	Contra-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	Contra-----
_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	Contra-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	Contra-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	Contra-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Contra-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____ Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	Abstenção-----
_____ Raul Nunes Leitão-----	Abstenção-----
_____ Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
_____ António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção-----

_____ **Declaração de Voto da Coligação PPD-PSD/CDS-PP (Por Montemor Tudo e Sempre):** _

_____ *“A bancada da Coligação “Por Montemor, Tude e Sempre” PPD/PSD- CDS/PP, vota contra a Prestação de Contas de 2017 pelos seguintes motivos:* _____

_____ *1º No que diz respeito à receita do município houve um pequeno decréscimo, contudo temos a noção que este encaixe provém dos impostos directos e indirectos, e não podemos esquecer que no ano passado a taxa do IMI, foi reduzida, com o intuito eleitoralista como já sabemos.* _____

_____ *2º Ao contrário, a despesa corrente aumentou em cerca de 500,00 mil euros, sendo resultado da aquisição de bens e serviços, notem que só nas festas concelhias tiveram um acréscimo de 200mil euros, em relação a anos anteriores, foi elaborado um boletim municipal em agosto de 2017 que custou ao bolso de todos nós 10.000,00€ para reforçar a campanha eleitoral do partido socialista, foi gasto muito dinheiro em alcatrão que é preciso em alguns sítios mas o que se notou foi que em ano de eleições, tudo serve para se ganhar votos e este foi mais um exemplo, da postura deste executivo.* _____

_____ *3º Aquando da gestão da Coligação no executivo foram recebidos várias críticas por parte de quem hoje é poder, sobre o aumento das dívidas a terceiros a curto prazo, hoje com esta prestação de contas percebemos que houve um aumento de mais de 800 mil euros.* _____

_____ *4º O que conseguimos de facto concluir é que havendo a 31 de dezembro de 2017 disponibilidades na ordem dos 2milhões de euros, e o resultado líquido no valor de 900 mil euros tiramos duas conclusões: 1ª que de facto poderia ter existido mais investimento estruturado no concelho, a 2ª tem que ver com as propostas da redução das taxas da água, derrama, IMI, IRS apresentadas pela nossa bancada que podiam ter sido aceites e pelo menos estaríamos a dar algum benefício aos nossos munícipes.* _____

_____ *Montemor parece estar em contraciclo com políticas redutoras e sem visão de futuro.* _

_____ *Enfim, continuamos sem perceber qual é a estratégia do executivo para o concelho a não*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

ser a realização de festas e romarias e aquisição alcatrão, continuando numa lógica do fanatismo político e de encaixes para quem possui o cartão partidário da cor do regime e nada mais.” _____

_____ **Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.** _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Basicamente, esta revisão visa, digamos que, dar guarida à integração do saldo de gerência; visa criar uma rubrica que tem a ver com uma intervenção que queremos fazer no parque infantil e geriátrico na Ereira; visa também criar uma rubrica para as salas sociais, que eu aproveito para dizer o que é, e que tem a ver com um projeto da ADELO, que pretende com a colaboração do Politécnico de Lisboa, implementar nos Municípios que fazem parte da ADELO, um conjunto de salas de estimulação sensorial para a população idosa que sofra de demência ou que tenha outro tipo de perturbações de foro mental. Em parceria com alguns países nórdicos onde essa experiência já tem pleno cabimento e vencimento de causa, com resultados muito positivos na melhoria da qualidade de vida das pessoas, naturalmente que o Município de Montemor-o-Velho, eu próprio, na ADELO me disponibilizei de imediato para aderir e poder proporcionar aos meus munícipes que estejam nessas situações também essa oportunidade e por isso nós, também nos queremos candidatar a esse financiamento, e daí que tenhamos de criar esta mesma rubrica.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Eu não podia deixar de referir que estas alterações ao orçamento, esta revisão, são a favor dos munícipes e nomeadamente daqueles que normalmente são os mais desfavorecidos. Fundamentalmente os séniores, mas neste caso, também os juniores. Tudo o que tem a ver com o servir os munícipes, o Município, é efetivamente uma mais-valia na qual me revejo com muito orgulho e precisamente por isso estamos satisfeitos. Se houver oportunidade de outras candidaturas do género, que venham aqui mais alterações, desde que sejam desta ordem, em prol dos munícipes e nomeadamente estes que são muitas vezes os mais desfavorecidos. Iremos votar favoravelmente. Congratulamo-nos com a iniciativa e com a candidatura que é proposta nesta altura. _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____	
_____ Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	Contra-----
_____ Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	Contra-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	Contra-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	Contra-----
_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	Contra-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	Contra-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	Contra-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Contra-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____ Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
_____ Víctor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
_____ Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
_____ António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
_____ A AM tomou conhecimento. _____	

_____ **Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de Parecer ao abrigo do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto – Isenção de IMT requerida por Fernando Couceiro Nobre.** _____

_____ Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

VOTAÇÕES	
_____ Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	A Favor-----
_____ Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	A Favor-----
_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____ Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

_____ António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----

_____ A AM tomou conhecimento. _____

_____ **Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de celebração de acordo de colaboração entre o Ministério da Educação e o Município de Montemor-o-Velho.**

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu vou ser muito sucinto, porque já vai longa a reunião. Este é efetivamente um dos acordos que vai possibilitar uma candidatura que nós já temos mapeada essa verba para o Município de Montemor-o-Velho. Portanto, foi contemplado o Município com o mapeamento da DGESTE para que este investimento fosse possível via CIM e, portanto, nós não poderíamos intervir naquele espaço sem a devida autorização do Ministério da Educação e, que foi conseguida com algum trabalho, desde já vos quero dizer. Não foi fácil e, naturalmente que conseguimos e está aqui, digamos que a aprovação do acordo, para que possa ser viabilizada essa candidatura, para o Jardim-de-Infância de Pereira.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Como o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de o referir, estão em causa obras de requalificação e modernização das instalações da Escola de Pereira, EBI. Este acordo, é um dos passos necessários para implementar o desejado jardim-de-infância e, embora seja um cliché, as crianças são, do meu ponto de vista, não só o futuro, mas também o presente e, como tal é de louvar esta iniciativa e este investimento na escola pública. No nosso ponto de vista, vai contribuir decisivamente para fixar a população, nomeadamente os mais jovens, contribuir também para atrair nova população para o Concelho e, sobretudo, vai responder a uma necessidade social, não só da Freguesia, como também de Freguesias limítrofes, até de outros Concelhos, que não apenas o de Montemor-o-Velho. Neste nesta medida, congratulamo-nos pelo investimento pelo facto de não se ter deixado passar esta oportunidade e, como tal, votaremos favoravelmente.”

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ **VOTAÇÕES** _____

_____ Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro ----- A Favor-----

_____ Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----

_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	A Favor-----
_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____ Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
_____ Víctor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
_____ Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
_____ António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
_____ A AM tomou conhecimento. _____	

_____ **Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares a crianças da Educação Pré-Escolar/ alunos do 1.º Ciclo.** _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é muito simples, há aqui uma alteração do preço unitário das refeições. Naturalmente tem que haver este correspondente aditamento ao protocolo.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “Este é um assunto que, para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

a CDU, é-nos muito caro. A questão das refeições escolares é um assunto que nós já em várias sedes temos discutido, inclusive na Assembleia da República e que nos vamos pronunciar. _____

_____ A proposta apresentada agora pela Câmara Municipal de aditamento ao protocolo de fornecimento de refeições a crianças de Educação Pré-Escolar e alunos do 1.º Ciclo, recoloca a centralidade da qualidade da alimentação nos refeitórios escolares. Como o PCP e a CDU têm denunciado, a opção política pela concessão das cantinas das escolas a privados, tem acarretado uma degradação da qualidade e quantidade das refeições confeccionadas. Acrescendo o contexto em que muitos dos trabalhadores destas concessionárias tem graves problemas laborais. Nesta matéria o que era necessário era que se adotasse medidas para progressivamente, assumir a gestão direta das cantinas escolares assegurando os meios humanos e materiais necessários ao seu bom funcionamento. Mesmo não o fazendo e, não pondo em causa o atual modelo de concessão, seria ao menos necessário reconhecer que o valor unitário da refeição nos níveis em que se encontra, bem como nono valor agora proposto em si mesmo é um dos elementos da perigosidade deste sistema. Quem acredita que podem ser dadas às nossas crianças refeições com a qualidade e a diversidade exigidas para o seu saudável desenvolvimento por 1,47€, o prato? Além do mais, esta podia ser uma oportunidade para discutir por exemplo, a obrigatoriedade das empresas concessionárias de fazerem parte do seu abastecimento em produtores locais, garantindo assim a qualidade dos produtos bem como um investimento no concelho. Ou ainda uma oportunidade para assegurar o cumprimento dos direitos laborais dos trabalhadores a que estas ocorrem. Ao contrário, a proposta submetida é risível e mantém o valor unitário das refeições num patamar que, dificilmente, garantirá a qualidade da refeição servida em valores nutricionais adequados. _____

_____ A CDU, não se irá opor a um aumento por mais insignificante que seja, e esse é o caso, não pode, porém, deixar de denunciar que ele não é uma resposta às necessidades sentidas pelas famílias do Concelho.” _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____	
_____ Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	A Favor-----
_____ Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	Abstenção-----
_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____ Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
_____ Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
_____ António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----

_____ A AM tomou conhecimento. _____

_____ **Ponto 11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Célio Manuel Gomes de Andrade, para o lugar de Pelichos, da Freguesia de Arazede - Proposta para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização da exploração pecuária. – Processo n.º 06/2018/24.** _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____	
_____ Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	A Favor-----
_____ Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	A Favor-----
_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____ Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Raul Nunes Leitão----- A Favor-----

_____ Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

_____ António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----

_____ A AM tomou conhecimento. _____

_____ **Ponto 12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Montemor-o-Velho.** _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Este ponto, cuja documentação tinha sido enviada oportunamente, mas que só hoje teve a deliberação formal na Câmara e, portanto, só hoje foi introduzido no início da nossa assembleia.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente da Assembleia, este ponto gostava que fosse apresentado pela Senhora Chefe de Divisão de Urbanismo, se os senhores deputados pretenderem, ela transmitiu-me que tem apresentação visual, se eles entenderem. Se prescindir dela, tanto melhor, nós avançamos mais rapidamente, ela fará uma breve explicação e fará o ponto da situação. _____

_____ Dar nota que agradeço em nome dos Serviços e, em nome também dos munícipes de Montemor-o-Velho, a disponibilidade dos Senhores deputados para integrar este ponto. Aquilo que se passou e, para que não pensem que foi algo premeditado da nossa parte, houve um atraso na publicação em Diário da República, apesar de termos pedido urgência na publicação, que nos obriga a fazer este forcing final, porque há um período de discussão pública que tem que decorrer obrigatoriamente e, portanto, tem que vir hoje imperativamente à votação este PERU. _____

_____ Era esse agradecimento que eu queria fazer, apesar de não termos tido culpa, mas efetivamente, não é fácil fazermos as publicações no Diário da República, apesar de termos pago urgência.” _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Pelo silêncio das bancadas, julgo que a Senhora Chefe de Divisão pode fazer uma apresentação sucinta, porque a documentação como eu disse, mesmo não havendo a certeza que o ponto tinha sido agendado foi distribuída a todos os Senhores deputados municipais que, certamente, pelo menos, quanto mais não fosse uma leitura de helicóptero fizeram sobre o ponto portanto, senhora arquiteta tem a palavra.” _____

_____ Usou da palavra a Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Patrícia Mendes que disse: “Eu vou tentar ser sucinta mesmo atendendo à hora. Aquilo que vos trazemos, não é novidade porque o documento não sofreu alterações durante aquilo que foi o período de discussão pública. Este é o resultado e consequência daquilo que já foi feito em 26 de junho de 2015, aqui nesta assembleia, onde foi aprovada a delimitação da área de reabilitação urbana de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

Montemor-o-Velho e que obrigava nos três anos subsequentes a desenvolver este programa e a fazer aprovar este programa estratégico. _____

_____ Obrigatoriamente concluído este programa, ele foi sujeito a período de discussão pública. Do período de discussão pública, para vos dizer que decorreu de 28 a 26 de abril, onde todos, eu acho que devem ter tido a curiosidade, quanto mais não seja, ter ido verificar o que é que lá estava, resultaram duas participações. Dessas duas participações, elas me um apesar de ter ser equacionadas não tiveram reflexos naquilo que foi a produção do documento. Uma, porque se considerou que efetivamente já de alguma forma acautelava a situação que tinha sido colocada. Outra porque dizia, nomeadamente ARU de Casal Novo do Rio que, brevemente, também entrará em discussão pública seguirá este processo também, sendo previsto também, nós entretanto, fazê-la aprovar aqui em Assembleia Municipal assim como estamos a com esta.

_____ Atendendo que não houve alterações ao documento, tendo terminado o período de discussão pública no passado dia 26, produziu-se esse documento que foi agora distribuído com o relatório de ponderação. Chamar a atenção para o parecer do IHRU que nos foi claramente favorável. E agora, fazendo uma breve passagem por aquilo que são os pontos principais do documento. _____

_____ O documento em si é um documento que visa uma execução num horizonte temporal de 10 anos. Podendo esse ainda ser prorrogado por mais cinco anos, caso se entenda necessário para o conseguir concluir. _____

_____ Tem como visão de futuro para esta área aqui delimitada, afirmar a Vila de Montemor-o-Velho como um Centro Urbano Sustentável e inclusivo, valorizando o núcleo histórico e a zona ribeirinha como âncoras de novas e reforçadas dinâmicas socioeconómicas e culturais. _____

_____ Tem como principais eixos objetivos estratégicos de reabilitação: _____

_____ Requalificar, nomeadamente a requalificação do espaço público e promoção da mobilidade urbana inclusiva e sustentável; _____

_____ Reabilitar - reabilitação e qualificação do parque habitacional e promoção de inovação social e cultural; _____

_____ Dinamizar - com dinamização de atividades económicas culturais e sociais; _____

_____ Valorizar - com valorização do património cultural e reforço da entidade local. _____

_____ Não correndo o risco de ser muito exaustiva, estes eixos estratégicos depois desenvolvem-se, ou seja desmultiplicam-se em vinte objetivos específicos que, por sua vez, desmultiplicam em onze projetos estruturantes que, depois também se vão subdividir em ações prioritárias. Chamo especial atenção a alguns dos projetos que estão aqui incluídos, nomeadamente alguns dos que vocês já conhecem, como por exemplo o Edifício Letra, que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

também já veio aqui para reconhecimento de interesse público, para o conseguirmos concretizar. Alguns que estão mais adiantados do que outros e que já fazem parte nomeadamente, do PARU e, pelo facto de estarem aqui previstos e no PARU, também têm sido alvo, ou são alvo de financiamento na sua execução. _____

_____ Além daquilo que são estes projetos materiais que estão aqui, como a Requalificação da Frente Ribeirinha, que é um projeto emblemático, Largo do Convento dos Anjos, a Rede Polinucleada, a recuperação do antigo edifício da GNR, há que salientar, ainda, um conjunto daquilo que são aspetos imateriais que também fazem parte deste projeto, porque só por si aquilo que é obra, não é isso que traz a dinâmica à área da reabilitação urbana. _____

_____ Paralelamente a esta questão daquilo que são as iniciativas e que podem ser as iniciativas da parte pública, pretende-se que os particulares também se envolvam nessas ações. Há ainda um conjunto de incentivos e benefícios no sentido de ajudar a promover o edificado e a recuperação do edificado ao nível do particular. Fazem parte deste programa, um conjunto de apoios – incentivos e benefícios fiscais, que estão lá bem descritos que têm a ver com a questão das reduções ou das isenções de IMI consoante o caso, e que efetivamente a situação se aplique.

_____ Paralelamente, eu se calhar posso estar aqui a ser mais precisa. Por exemplo, uma pessoa que pretende recuperar uma casa que suba dois níveis naquilo que é a classificação do nível do estado de conservação do edifício, poderá obter uma redução de IMI de cinco anos. Assim como os edifícios que se mantenham em bom estado, mediante a verificação através de uma vistoria podem ter uma redução do IMI. Pelo facto de estarem em ARU, há um conjunto de outros incentivos fiscais nomeadamente ao nível do IVA, esses sim, consagrados na lei. Por sua vez, o próprio documento identifica um conjunto de medidas no sentido de ajudar neste processo, que tem a ver com um conjunto de isenções ao nível das taxas. _____

_____ Por outro lado, no sentido de ajudar as pessoas, paralelamente à questão do IMI que é decisão da Câmara, é vossa decisão de alguma forma esta questão das taxas, há um conjunto de medidas previstas aqui internamente no sentido de apoiar os munícipes a fazer as melhores opções ao nível da reabilitação. _____

_____ Aquilo que nós pretendemos com este documento é que, de alguma forma, que haja uma linha dedicada, no sentido de haver um maior apoio técnico, nomeadamente àquilo que sejam as iniciativas que aconteçam nestas áreas. _____

_____ Estão também previstas um conjunto de penalizações a quem mantenha os prédios em ruína e em mau estado, Há uma penalização financeira no sentido das pessoas ou resolverem promover a recuperação dos seus imóveis ou que decidam, de uma vez por todas, desfazer-se deles e vendê-los a quem queira fazer recuperação. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Aquilo que eu posso acrescentar aqui tem a ver com aquilo que são outros instrumentos que existem de apoio à reabilitação nomeadamente, programas a nível nacional, passam a ter acesso, o regime excecional de reabilitação urbana, os instrumentos financeiros como o IFRRU e o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado. _____

_____ Se tiverem dúvidas, disponham”. _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____

_____ Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	A Favor-----
_____ Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	A Favor-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	A Favor-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	A Favor-----
_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	A Favor-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____ Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
_____ Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
_____ António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----

_____ **Ponto 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de constituição de Empresa Intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-o-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Montemor-o-Velho na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços.** _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente com o seu consentimento fazia ou lançava os seguintes desafios aos senhores deputados. A empresa AMBILORECO está presente na sala. Pode fazer uma apresentação sucinta com recurso aos meios audiovisuais de algo que eles têm distribuído que é uma síntese de todo o projeto, consubstanciada naquela documentação toda que receberam. Pode fazer uma explicação breve do mesmo, como foi feito para o ponto antecedente, como também pode não fazer nenhuma explicação e responder a questões suscitadas pelos seus deputados municipais, em relação a este ponto, à deliberação que pretendam tomar em qualquer sentido deste ponto. Portanto, eu deixava a consideração dos seus deputados, estou ao dispor porque não dá para apresentar a empresa inter-municipal desta forma pelo Presidente da Câmara”. _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Apesar desta disponibilidade demonstrada pelo senhor Presidente da Câmara, julgo que os senhores deputados tal como eu, face à quantidade de documentação que nos foi distribuída sobre este ponto, falava numa leitura de helicóptero, eu julgo que a assembleia estaria disponível para uma apresentação ainda que sucinta de facto da questão da empresa municipal. Julgo que é bom, por aquilo que fui falando com as pessoas percebo já qual é o sentido de voto, mas de qualquer maneira, é bom que saibamos do que é que aprovámos o reprovamos aqui e por isso eu pedia então se o senhor Presidente da Câmara uma questão mais simples no aspeto técnico, eu diria que não se justificaria a questão dos recursos audiovisuais até porque, enfim, temos sempre aquele problema da colocação do ecrã para que todos vejam. Por isso, pedia ao representante da empresa para fazer aqui uma apresentação sucinta. _____

_____ Antes de dar a palavra ao Dr. Paulo Campos, apesar de não estar aqui nessa qualidade e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

nem eu vou fazer isto, mas julgo que em termos pessoais já que aqui não o devo fazer em termos de Presidente da Assembleia Municipal, quero enviar um abraço saudação ao seu pai, que muito estimo e admiro, muito obrigado”. _____

_____ Usou da palavra o Dr. Paulo Campos que disse: “Muito obrigado senhor Presidente! Agradeço a gentileza e retribuo porque para mim, também é uma honra estar numa reunião presidida por si e já agora que estou em matéria de agradecimentos, queria também agradecer às Câmaras de Montemor, Mira e Soure que nos deram oportunidade de fazer este trabalho. Um agradecimento especial ao senhor Presidente da Câmara e aos serviços de Montemor que foram incansáveis em nos ajudar na tarefa em que metemos mãos à obra no sentido de estudar esta oportunidade e sem a contribuição e em muitas situações sem a orientação do senhor Presidente da Câmara de Montemor, não seria possível chegarmos ao estado em que estamos e só para vos dizer também que este estudo é um estudo que está a acontecer em muitos outros municípios, porque há uma orientação muito firme por várias instituições no sentido de se aumentar o desempenho e a eficiência dos serviços de águas e saneamento de águas residuais em Portugal. E nesse contexto, Montemor, Mira e Soure, vão na liderança porque vão à frente da grande maioria dos dossiers que estão a acontecer nos vários outros municípios. Isso quer dizer algo, quer dizer pelo menos que há capacidade de seguir um rumo e conseguir concretizar nesse rumo. _____

_____ Entrando no estudo vou ser o mais sintético possível. Portanto, o que está aqui em causa é uma proposta de constituição de uma empresa inter-municipal que agregue os serviços municipais de águas e de águas residuais dos concelhos de Montemor-o-Velho, Mira e Soure. Que na avaliação que obviamente foi feita, relativamente a cada um dos serviços, encontramos situações díspares que seriam expectáveis e nessa expectativa que se confirmou que o serviço de águas, incluindo portanto, quer abastecimento de água, quer de águas residuais de Montemor, quando comparado com os dois outros serviços de Soure e de Mira, enfim, num conjunto de parâmetros muito significativos se distancia ou seja, que se pudéssemos fazer hoje uma avaliação dos três serviços, o serviço de Montemor é aquele que está melhor posicionado para dar uma resposta a todos os seus habitantes. Que no entanto, tem um conjunto de carências que também são carências semelhantes que acontecem noutros municípios com a dimensão de Montemor e que tiveram ao longo do tempo o modelo de gestão que é aquele que tem vindo a ser até este momento usado no município de Montemor, que é o modelo de gestão direta. E que nesse contexto, Montemor se posiciona quando comparado com esses modelos com outros municípios com modelos semelhantes compara bem, no entanto, não compara tão bem quando fazemos essa comparação com serviços com modelos diferenciados que tiveram a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

capacidade de nos últimos tempos evoluir mais rapidamente. E portanto desse ponto de vista dizer que há um conjunto de carências, sobretudo quando olhamos para o contexto em que todo o setor se encontra. O setor encontra-se perante uma pressão do ponto de vista político, no sentido de ganhar eficiência e essa pressão é demonstrada por exemplo, nas participações comunitárias que estão disponíveis hoje, e apenas para os municípios que optem por soluções agregadas. Há um aviso que está em curso com a possibilidade que os três municípios têm se concretizarem esta agregação de cerca de 3.000.000 e meio de euros, mas há todos os outros avisos que estão para sair enquadram-se neste contexto e portanto, essa é uma oportunidade clara desse ponto de vista que a agregação. Há aqui uma opção política no sentido de que os municípios optem por ter ganhos de dimensão e ganhos de eficiência com a agregação. _____

_____ Por outro lado, temos também o regulador que tem um conjunto de exigências que cada vez mais são relevantes e que puxam na mesma direção, portanto há um conjunto de exigências cada dia que passa maior sobre os serviços e desse ponto de vista o ganhar dimensão dá uma maior capacidade de resposta nesse contexto. _____

_____ Finalmente, ainda olhando-se para o contexto global verificamos que o contexto ambiental é mais exigente hoje, as alterações climáticas, a escassez de recursos, as problemáticas da sustentabilidade ambiental, todas estas matérias são e levam a que se olharmos para a pressão externa, algo tenha que acontecer relativamente à análise da gestão dos serviços de águas e de águas residuais no país. Se olharmos para a questão interna, verificamos que também aqui há algo a fazer. Como disse, Montemor dos três municípios é aquele que se posiciona em melhores condições para dar resposta, é ele que hoje já dá melhor resposta no serviço de abastecimento de água e de águas residuais no actual contexto, mas tem carências apesar do esforço feito nos últimos tempos e do trabalho, permitiu evoluir muito positivamente nessa matéria, mas tem carências ao nível das perdas de água, tem carências ao nível da taxa de cobertura no saneamento, embora seja uma taxa de cobertura muito superior à de Soure e muito superior à de Mira. Tem carências depois na taxa de adesão e aqui, curiosamente, compara menos bem com alguns municípios, portanto há níveis de adesão menores, o que indicia que em algumas situações podem ocorrer questões que com fiscalização facilmente se recuperam. Mas, portanto, há aqui um conjunto de problemas, eu poderia listá-los significativamente porque o estudo é exaustivo desse ponto de vista, mas há aqui um conjunto de pontos fracos que é necessário corrigir. _____

_____ Por outro lado, há necessidades cada vez mais são prementes do ponto de vista de investimento. Temos problemas relativamente às captações, as captações são todas subterrâneas. Em alguns casos, importamos no caso de Montemor, estou-me a referir em alguns

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

casos em que importamos água do exterior, temos alguma dependência é menor do que a dependência que o município de Mira tem nesse contexto. Mas temos uma dependência que importa quando olhamos num horizonte longo, acautelar e sobretudo, importa acautelar quando verificamos que o contexto das alterações climáticas leva a que, de acordo aliás com as previsões, os níveis freáticos estejam enfim, a alterar e desse ponto de vista um conjunto de algumas das captações que hoje existem em Montemor a curto prazo venham a ter problemas, sendo que neste momento já há algumas com alguns problemas. Portanto, desse ponto de vista a necessidade de investir nessa matéria significativa, necessidade de investir no reforço da capacidade de armazenamento que também se faz sentir no município de Montemor. No saneamento de águas residuais, o investimento mais relevante é a aumentar as taxas de cobertura e conseguir estender o serviço à população na generalidade. Desse ponto de vista temos aqui um conjunto de necessidades que importa acautelar e perceber qual é a melhor forma de resolver. Se olharmos no contexto global com os restantes municípios claramente os resultados do estudo são muito claros. As vantagens do sistema intermunicipal por agregação são muito significativas ao nível do investimento. Portanto é possível o investimento que está estudado para os três municípios para o prazo de duração de um eventual contrato de delegação de 40 anos é de cerca de € 89 milhões de investimento, dos quais uma parte significativa é do Sistema Integrado do Mondego, que basicamente é uma captação com uma estação de tratamento acoplada e uma distribuição por via de adutoras para os municípios de Montemor, Mira e Soure, que resolverá do ponto de vista da dependência exterior e resolverá do ponto de vista da qualidade, da fidelidade e da resiliência, o conjunto de problemas que temos no abastecimento de água. _____

_____ Depois também no investimento haverá um conjunto de outras matérias significativas das quais saliento claramente o aumento da taxa de cobertura, em termos de águas residuais que vai atingir níveis muito significativos e isto leva a que seja possível em 10 anos, que haja uma concentração de investimento muito significativa nos três municípios superior a 40 milhões de euros. Este investimento é possível através de várias situações: a primeira, Fundos Comunitários que estão disponíveis para entidades agregadas. A segunda, porque com a constituição de uma empresa é possível recorrer, a nível limitado, a algum endividamento que com a capacidade que a empresa tem de auto-financiamento, se vai pagar ao longo do período de vida do contrato e finalmente, pela grande capacidade de auto-financiamento que o projeto tem ou seja, o projeto consegue gerar um conjunto de verbas financeiras que permitem alimentar esta necessidade de financiamento. _____

_____ Ora, com este investimento altera-se o paradigma, ou seja, conseguindo fazer-se este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

nível de investimento, altera-se o paradigma na gestão do sistema de abastecimento de água e de águas residuais nos municípios de Montemor, de Mira e de Soure. _____

_____ No caso concreto nós prevemos, de acordo com a remodelação que fizemos, que a agregação beneficie em Montemor, uma antecipação de cerca de 10 anos, o investimento que seria possível fazer se não existisse esta agregação. Claro que para os outros dois municípios, esse benefício ainda é superior. A diferença que encontramos nos dois municípios, vai acima de 30 anos, mas isso não retira ou não diminui o mérito que também existe para a população de Montemor com o benefício da antecipação em 10 anos do investimento. Por outro lado, como como há pouco disse, a posição de “liderança” entre aspas, estou a usá-la do ponto de vista técnico não do ponto de vista político, a posição de liderança de Montemor neste contexto e, no contexto de fazer um projeto em conjunto com os dois municípios, sai claramente reforçada, porque obviamente, os outros dois municípios também constataam o mesmo que nós constataamos no estudo, ou seja, todos ganham, embora provavelmente haja municípios que venham a ganhar um pouco mais do que outros, mas isso só é possível porque há uma opção de todos por uma solução idêntica para os três municípios. _____

_____ Enfim, podia estender-me um pouco mais sobre um conjunto de matérias, não vou estender vou falar sobre o tarifário. O tarifário que está aqui proposto para poder fazer tudo aquilo que está desenhado nos documentos, penso que tiveram acesso aos documentos, são extensos, eu sei, mas têm toda a informação que era possível ter, para se ter uma boa análise deste assunto, e o tarifário que está recomendado que seja adotado, que aliás, foi uma das questões mais discutidas internamente e o município de Montemor teve uma posição muito firme de que o seu interesse na participação neste projeto passava obviamente pela adoção do tarifário existente no município Montemor que é aquilo que na prática se consuma com uma alteração ao nível do coeficiente de recolha de águas residuais, relativamente a tudo o resto se mantém o tarifário existente hoje em Montemor, o que na prática se vai traduzir num tarifário semelhante para os três municípios e, portanto, Soure baixará um pouco sobre o nível que hoje tem que é superior ao de Montemor e Mira terá que subir significativamente porque tem um tarifário inferior. Com estas mudanças todas, os custos de funcionamento dos três sistemas serão integralmente recuperados, coisa que não acontece neste momento, Montemor tem uma recuperação de custos relativamente positiva na matéria que tem a ver com o abastecimento de água, mas negativa, na componente de águas residuais e a soma das duas, do ponto de vista económico, não do ponto de vista financeiro, dá um saldo negativo, ou seja, não há uma recuperação integral dos custos em Montemor que é a situação melhor. _____

_____ Relativamente aos outros dois municípios e nomeadamente Mira, tem uma baixa taxa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

de recuperação de custos. O que acontece no futuro, é que desde o primeiro ano, a empresa terá uma taxa de recuperação de custos positiva, isto é, do ponto de vista económico gerar resultados, ou seja, terá rendimentos superiores àquilo que são os gastos e isso é uma questão também fundamental, aliás, também imposta do ponto de vista de assegurar o normal funcionamento da empresa. _____

_____ O contrato de delegação é um contrato por 40 anos. A delegação é feita pelos três municípios, à empresa inter-municipal dos serviços de abastecimento de água e de águas residuais. A proposta é a criação de uma empresa inter-municipal com um capital social de cerca de 6,1 milhões de euros, com participações equivalentes, portanto, paritárias pelos três municípios. A sociedade será gerida por um Conselho de Administração, onde haverá um representante de cada um dos municípios. A presidência da empresa será rotativamente assumida por um dos Presidentes em cada um dos municípios, portanto, uma rotação cada Presidente um ano como Presidente do Conselho de Administração. A empresa é 100% pública e 100% municipal. Para alterar os estatutos e para alterar esta situação terá que haver unanimidade da vontade dos três municípios ou seja, os três municípios terão que estar de acordo para alterarem este paradigma. _____

_____ Penso que já fui um pouco longo de mais, mas estas são talvez as questões fundamentais. Portanto, daqui resulta o quê? Um conjunto de vantagens muito significativas, que nós estudámos, que estão quantificados naquilo que é possível quantificar, mas claramente muito mais investimento e num tempo mais próximo do aquele que seria previsível se fôssemos em situações individuais. Como disse, em Montemor, as nossas expectativas, os nossos estudos demonstram que o investimento será mais rápido 10 anos do que aquilo que seria possível se Montemor estivesse sozinho. Como vos disse relativamente aos outros municípios, o prazo é maior, é cerca de 30 anos. Teremos mais serviços disponíveis, teremos mais recursos mais competências. Hoje, os municípios, pela falta de dimensão, empregam os seus recursos naquilo que são as questões mais relevantes. A gestão de ativos, as perdas comerciais, as próprias perdas físicas, as afluências indevidas. Não há uma capacidade de recursos próprios para atacar esses problemas e com o facto de termos uma estrutura em conjunto, é possível encontrar, pelo menos uma pessoa para atacar um destes problemas e, começar a trabalhar em dossiês que são relevantes por ganharmos o efeito dimensão. _____

_____ Teremos mais qualidade, mais eficiência, mais empenho menos custo, menos tarifa em algumas situações, menos riscos claramente, mais resiliência mais fiabilidade, mais acessibilidade física como como vos disse, portanto, haverá taxas de cobertura muito superiores àquelas que hoje existem, nomeadamente no saneamento, mais acessibilidade económica em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

alguns contextos, mais segurança no fornecimento de água, mais financiamento, porque se não optarmos por este modelo, muito dificilmente conseguiremos levantar os dinheiro do Portugal 2020 que estão disponíveis e, muito dificilmente conseguiríamos ir noutras fontes de financiamento que são fundamentais, mais sustentabilidade ambiental porque estaremos a diminuir perdas de água, estaremos a preservar os recursos naturais e, por última, mas não menor, mais sustentabilidade da entidade gestora, porque estaremos enfim, todos os anos a conseguir recuperar os custos e, desse ponto de vista assegurar que no ano seguinte a entidade gestora está em condições de funcionar e prestar um bom serviço aos habitantes de Montemor, mas também aos habitantes de Soure e de Mira”. _____

_____ Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “A questão da água bem como de outros recursos de interesse público é discutida dentro da CDU como questões vitais da própria gestão e isto é uma questão que obviamente para nós tem um carácter ideológico muito forte, da gestão pública da água, e evidentemente, às outras forças políticas também, por isso nos pronunciamos. _____

_____ Em matéria de política da água, o pano de fundo nacional sobre o qual fazemos esta discussão, é o aprofundamento da ofensiva contra a gestão pública da água que visa, sem rodeios, por mais desmentidos e jogos de palavras sobre privatizações, concessões, externalizações. A entrega às grandes multinacionais do setor de um apetecível filão de negócio. Eu não quero dizer que seja isto que esteja em causa. _____

_____ Nesta área a prioridade da CDU passa pela defesa e afirmação de três princípios indissociáveis: gestão pública da água, autonomia do poder local na vertente geral e na vertente manter a gestão em cada município e a garantia da acessibilidade económica, assegurando tarifas comportáveis por cada cidadão. _____

_____ Sabemos e defendemos que assegurar a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas municipais é a questão mais imediata e mais exigente pela dimensão política, económica e social que envolve. É por isso que entendemos que esta matéria nos parece demasiado séria e complexa com efeitos de médio e longo prazo que não podem ser descurados. Para tão pouco tempo de discussão e reflexão pública, tanto mais, quanto recentemente o município fez investimentos, a requalificação da rede que, como todos sabem e todos sentiram se traduziram em aumentos brutais dos custos para os munícipes que foram alvo de um verdadeiro assalto que tinha sido nesse momento justificado, a sua maioria, tentativa da legitimação. Há nesta proposta vários aspetos que devemos cabalmente ver esclarecidos, persistindo a dúvida sobre a capacidade e autonomia do município, nomeadamente na gestão em baixa, condição, entre outras, para o impedimento do aumento exponencial das tarifas no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

futuro. _____

_____ Tendo em conta que isto não é uma situação só exclusiva do Município de Montemor e tendo em conta que esta também é uma complexidade que também está a ser discutida noutros municípios e, para um impacto tão relevante, e para não falar da densidade do documento, como foi aqui adjetivado que a maioria dos deputados humanamente não conseguiu ler o documento todo em profundidade, porque é humanamente impossível, nós, na CDU, preferimos que este documento seja remetido apenas, por agora, para conhecimento, porque sabemos que na Assembleia Municipal de Soure a realizar-se neste mesmo dia, esta matéria foi remetida também para conhecimento, solicitamos que o mesmo possa ser feito nesta reunião, permitindo o alargamento do tempo de discussão e esclarecimento sobre a matéria, tempo sem o qual, a bancada da CDU não estará em condições de votar noutro sentido que não o da rejeição da proposta apresentada”. _____

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Efetivamente, nós receávamos que um dia isto pudesse acontecer. No passado sistematicamente nos desviámos destas questões, e bem. Eu vou citar as palavras do António Augusto quando ele há pouco, disse não somos profissionais da política! Efetivamente, não somos! Não podemos receber um volume de documentação no dia 25 de abril ao final do dia e estamos a falar de centenas de páginas e, depois como disse o senhor Dr. Paulo Campos, se não me engano, a documentação toda para se ter uma boa análise desta questão, toda essa documentação que recebemos. Se nós não conseguimos analisá-la, os nossos munícipes se tivessem noção do que se passa aqui, efetivamente ficavam a pensar, estamos a brincar. Meus senhores, estamos a brincar! Mas quem é que no seu perfeito juízo, consegue estar cinco dias a analisar dossiers? Quem não tenha vida própria, naturalmente! Quem não tenha profissões! Só assim me parece que seria possível e tenho dúvidas. Portanto, o Nuno disse e muito bem, quanto muito para termos conhecimento, para depois fazermos uma intervenção e termos uma opinião concreta, se bem que nós à partida já temos essa opinião. E logo o facto de isto ser para 40 anos, se bem percebi, para nós cai logo por terra. Porque não é justo nós estarmos a hipotecar as decisões dos mais jovens que virão governar este Município e que terão que ficar vinculados a uma decisão que se vai tomar aqui. Eu não concordo! É absolutamente inadmissível! Inadmissível o Estado pensar assim. Vamos tomar uma decisão para 40 anos. E então os jovens? E os que vierem daqui a 10 anos e daqui a 15? Vão estar vinculados a isto? Mal, na nossa opinião, péssimo. _____

_____ Segunda questão, a parte geográfica, como é que nós, tendo Municípios aqui ao lado e bem, eu até concordo que efetivamente esta questão tivesse que ser pensada seriamente, temos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

outra capacidade de nos propormos a financiamento dos Quadros Comunitários, mas também já vamos ver o que é que está aqui. Vamos pensar nos municípios estão a nossa beira. Vamos pensar neles. Soure está á nossa beira é verdade! Mira, vamos ter que atravessar um Concelho, com condutas de água, para ir abastecer a Mira, quando o senhor Dr. Paulo Campos disse e muito bem, o serviço de Montemor é o que está em melhor no conjunto dos três municípios? Afinal, nós não estamos assim tão mal. Afinal o investimento que se fez no passado em saneamento e noutras questões foi bem pensado, porque afinal o nosso concelho apresenta comparativamente, dados muito mais positivos. Afinal, nós somos o parente rico nesta questão, felizmente. Claro que não estaremos bem, claro que sabemos das perdas que há no sistema de águas, todos sabemos disso, não estamos aqui a tapar nada. O que é facto, é que isto é uma verdade e nós não podemos deixar que esta verdade passe em claro. _____

_____ Há aqui mais umas questões que eu queria também colocar. Claro que a criação desta empresa que vai logo e como disse muito bem, criar um Conselho de Administração, administradores, por aí fora. Agora o que eu também pergunto é o seguinte: se há noção dos valores, dos investimentos necessários para fazer face às necessidades dos três Municípios? Se as pessoas efetivamente, vão ter melhor qualidade da água? Se calhar os outros municípios que têm essa pior qualidade de água, certamente irão ter, mas aqui o que nos interessa é o nosso Município, porque nós estamos aqui, nós somos deputados municipais. Portanto estamos aqui a defender a nossa terra. O resto, enfim, virá por acréscimo. _____

_____ Queria ainda perguntar, este estudo a que nós tivemos acesso, esta empresa foi convidada, houve mais empresas que foram convidadas, ou foi uma opção do executivo? _____

_____ Depois aqui neste powerpoint que também penso que se referiu a ele quando esteve a explicar, penso que sim! Mas vamos aqui à ótica do financiamento. O Dr. Paulo Campos diz e muito bem, que cada Município tem que entrar com um capital de pouco mais de 1.000.000€. Está aqui capital de entrada em numerário 4.350.000€, os três municípios, certo? E depois tem aqui, capital entrada em espécie, 6.000.000€, certo? Portanto, isto dá quase 10.000.000€ e, depois, temos aqui financiamento bancário 10.000.000€ certo? Mas depois vamos buscar aos Fundos 3.300.000€, nesse tal aviso que vai ser em outubro etc., a dividir pelos três Municípios e depois podemos ir buscar mais 1.700.000 e depois até podemos também no quadro 2125, vamos ver, que não sabemos, podemos ir buscar mais 3.000.000€, hipoteticamente. Quer dizer, estes valores que estão aqui, este financiamento bancário, este capital, é muito superior ao que se vai buscar ao Quadro Comunitário, certo? Ou estou enganada? Pelo menos os números assim nos indicam. _____

_____ Portanto, eu acho que a nossa bancada, ao analisarmos do pouco que conseguimos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

temos ainda a referir que o Plano de Investimentos está subavaliado. O estudo de viabilidade económica e financeira prevê um aumento de 20% de população a ligar água da rede e rede de saneamento, não sei muito bem onde é que foram buscar estes 20%, porque realmente a população está em decréscimo e a pirâmide da natalidade está invertida há muito, e isso, nota-se logo pelos números dos inscritos nas escolas e por aí fora, e em cinco anos, podemos perder 500 alunos, o que é que isto representa no futuro? Estamos a falar de uma coisa para 40 anos. Há-de haver, certamente, aqui outras ideias que nos passaram ao lado. _____

_____ Para já, apenas quero dizer que Montemor-o-Velho como disse o senhor Presidente da Câmara e muito bem, é o quarto Concelho da CIM-RC com 19 Concelhos, a seguir a Coimbra, Figueira, Cantanhede, portanto, nós somos efetivamente o quarto Concelho da CIM-RC e, é tempo para lutarmos por aquilo que é nosso, que temos direito enquanto município de uma região, somos o quarto Concelho. Enquanto isso, teremos que lutar por aquilo que nós achamos que é o correto e para nós o correto não é isto certamente!” _____

_____ Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “De facto, a questão da água, sendo um bem essencial é, sem sombra de dúvida, uma questão fundamental. _____

_____ Esta empresa cuja proposta é trazida à assembleia, é um dos modelos de regulação e de gestão da água e parece-nos evidente que tem vantagens ao nível da eficiência e das economias de escala, porque, naturalmente, estamos a falar, não de três municípios isolados a trabalharem isoladamente, a irem ao mercado e solicitarem serviços isoladamente, mas sim em conjunto e beneficiando dessas sinergias. _____

_____ Dessa forma, esta constituição da empresa e esta integração do Município na mesma representa do nosso ponto de vista uma inequívoca vantagem. Além disso e tanto quanto pudemos verificar da documentação, o objetivo é também, de uma forma muito sólida, evitar perdas, deficiências, furtos de água e, portanto, é não só, como dizia há pouco, apostar na economia de escala por estarmos a falar de três Municípios a trabalharem em conjunto, mas é também evitar as perdas e as deficiências que ainda hoje se verificam nalguma escala. Ora, deste ponto de vista e, tendo em conta estas vantagens, tendo em conta também, que parece ser este o caminho do futuro na gestão da água, a bancada do Partido Socialista é favorável a esta proposta. Mas não só, as empresas agregadas desta forma, poderão como também dizia a bancada do PSD, recorrer a Fundos Comunitários. Fundos Comunitários que permitirão fazer investimento profícuo e que, de outra forma, não estariam ao alcance do Município de Montemor-o-Velho, portanto é também uma vantagem bastante importante e não despicienda.

_____ Esta forma de gestão da água aglutinando diversos concelhos, parece-nos daquilo que vamos vislumbrando, que poderá até ser um polo aglutinador para outros concelhos da região,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

se calhar outros municípios mais tarde ou mais cedo, vão também associar-se e eventualmente até associar-se a esta empresa, sei lá, daqui a algum tempo veremos. _____

_____ Por último, gostaria de salientar que estamos a falar de dois Concelhos geridos por executivos do Partido Socialista, o de Soure e o de Montemor-o-Velho, mas também um Concelho como o de Mira, que é gerido por um partido, salvo erro não sei se é em coligação ou não confesso, mas é pelo menos gerido pelo PSD. E o que com isto queremos dizer, já adivinharão é simples, ou seja, esta proposta que é trazida hoje aqui a esta assembleia, não tem que ver com questões puramente políticas. Isto demonstra inequivocamente que estes três executivos, na pessoa dos três presidentes de Câmara, estão empenhados, não há a mínima dúvida, em fazer o bem e fazer uma gestão eficiente e adequada do recurso da água. Dessa forma uniram-se, colocando de lado eventuais rivalidades políticas ou ideologias distintas e portanto, para nós, é também uma marca de que este é o caminho a seguir e certamente, muitos Municípios no futuro, enveredarão por esta via. _____

_____ Deste modo, como já tinha dito, a Bancada do Partido Socialista, estará ao lado desta proposta e é favorável à mesma”. _____

_____ Pediu a palavra o membro Marcelo Ferreira (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Eu estou aqui para pensar no Concelho de Montemor e não no Concelho de Soure, nem no Concelho de Mira, e se são socialistas ou se são laranjas, isso neste momento não interessa. Interessa é o custo da água que nós vamos pagar. De momento, o aumento da água não se vai notar, mas a partir de 2023 a água vai ser mais cara, pelo estudo que aqui está, eu gostava que me esclarecessem porque em 2023 passa as tarifas fixas de 4.074.000.000€ para 6.883.000.000€. Em contrapartida, os custos operacionais, os custos diretos são mais baixos ou seja, isto em escala é só vantagens, menos para o preço da água. _____

_____ Outra situação, atualmente nós pagamos uma taxa fixa 3,06€. Aqui no estudo, até 15 metros, vai ficar 3,40€, o problema é a partir dos 15 metros. Até 20 metros, vai ser quatro 4,40€, de 20 a 25 são 29,90€ ou seja, quem neste momento paga 3,40 por aquilo que estou a perceber, vai pagar uma taxa fixa de 29,90€, isto pode-se dizer que é um aumento, só em taxas. _____

_____ Outra situação, porquê Mira? Vamos fazer uma adutora de perto de 40 quilómetros, onde se vai gastar 4.550.000.000€ para 40 quilómetros. Temos aqui Concelhos ao nosso lado, Soure ainda é vizinho, agora Mira? _____

_____ Outra situação, onde é que vai ser captada a água no rio Mondego? Em Formoselha, Pereira, penso que será por aí, só que a jusante, temos as ETAR’S de Coimbra, do Choupal, Ribeira de Frades. Coimbra tem água boa na Boavista. Porque é que não aproveitamos essa água? Porque é que temos que ir juntar-nos a Soure e Mira para os levar a reboque, se nós somos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

melhores neste momento? _____

_____ É essa a situação que eu queria esclarecer, porque a água vai aumentar, ao contrário daquilo que se diz, a água vai aumentar. _____

_____ Mais uma situação, em escala devia-se reduzir os efetivos, mas vai-se aumentar para 81 efetivos. Só a nível de Diretores e Técnicos Superiores 16. Para que é que uma empresa destes três concelhos é preciso este número de técnicos superiores e diretores?" _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Para além das explicações técnicas que o senhor Dr. Paulo Campos vai dar, esclarecer que a empresa AMBILORECO, foi a empresa que apresentou melhor proposta. Isto trata-se de um ajuste direto, dentro das competências do ajuste direto. Foram convidadas sete empresas, seis apresentaram proposta e a AMBILORECO foi a proposta mais vantajosa para o município, ou seja, de menor preço. _____

_____ Dar nota também de que, de futuro e isto não é uma ênfase, não é a parte que mais motiva a constituição da inter-municipal, as orientações comunitárias é de que não há financiamento a entidades individuais, mas sim só a entidades supra-municipais ou inter-municipais. E, portanto, esta é a orientação que vai ser seguida neste quadro comunitário e no próximo. _____

_____ Foi lançado o aviso já, de que vai haver um pequeno aviso de parte sobrança de verba que não foi usada ou não foi executada por alguns municípios, essa verba é uma verba muito residual que vai ser lançada novamente em candidatura. A partir daqui não vai haver mais possibilidade das Câmaras poderem fazer obra financiada com fundos comunitários. E não é por vontade do Governo que está lá, mas é por vontade da própria comunidade que é quem financia as obras comunitárias. _____

_____ Portanto, a comunidade não financia a não ser entidades supra-municipais ou supra-individuais. Portanto, quer mesmo e vai forçando a agregação das entidades que exploram este setor. É certo que o contexto em que o executivo e, em particular, o meu empenhamento pessoal, é de que nós preconizamos uma melhoria do serviço efetiva. A melhor qualidade, a melhor sustentabilidade e há aqui uma nota que eu quero dar, que é a questão do tarifário. O tarifário é o tarifário de Montemor até com uma redução. Portanto, não se invente rigorosamente nada sobre este assunto, o tarifário é o tarifário de Montemor, inclusivamente com uma redução. Se isto demorou tanto tempo, foi porque efetivamente eu não abdiquei deste princípio. Está aqui o Dr. Paulo Campos, que o pode atestar, que aliás quase que chegávamos a vias de facto nesta dicotomia porque para quem faz a análise financeira era mais fácil ter um tarifário mais cómodo, para os valores que se pretendiam atingir. E eu defendi sempre que seria o tarifário de Montemor, foi o princípio subjacente a tudo. Portanto, não há invenções sobre isto.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

Mais, também não há invenções sobre o facto de a entidade que se quer constituir terá capital 100% público. Com estes três Municípios, não há qualquer possibilidade, se virem os estatutos, relatório sete, para nós é fundamental ter capital 100% público. A CDU não tem que ter preocupações sobre isto. Aliás, foi um compromisso que eu tive com a CDU no passado e que mantenho. Nessa perspetiva, nada a dizer sobre este assunto. Quanto às questões mais técnicas, pedia ao Dr. Paulo Campos para as esclarecer. _____

_____ Uma última nota, que para mim é determinante. Se não quiserem votar na Assembleia este ponto, eu estarei ao dispor dos seus deputados para aquilo que entenderem. Qual é a questão aqui? O tempo que precisarem, aquilo que entenderem fazer, para mim está bem, sendo certo que a reivindicação das populações pelo alargamento, em particular da rede de saneamento de Montemor fica prejudicada, se não podermos ir ao aviso de outubro e, é certo que o tempo urge e, portanto, nessa perspetiva, eu só estou a fazer aquilo que me compete. _

_____ Dar ainda uma nota que eu não trouxe isto antes à discussão, porque a própria empresa teve dificuldade neste estudo. Vamos aqui esclarecer uma coisa muito clara. Ainda hoje de manhã dizia o Dr. Paulo Campos, que os outros Municípios não estão a fazer um estudo tão exaustivo como nós estamos a exigir a esta empresa. O estudo que vos foi presente, é evidente que são muitas folhas, mas é um estudo absolutamente exaustivo, porque foi assim que nós, os presidentes de Câmara, entendemos que deveria ser feito ou seja, não há aqui nenhuma ficção, trabalha-se com dados muito mais seguros, não há aqui suposições, há aqui uma análise de terreno e uma análise muito fina de toda a realidade do contexto das águas e do saneamento.

_____ Há uma nota final que ainda quero dar, eu agradeço os elogios à situação de Montemor. É evidente que há logo aqui um frenesim no sentido de apoiar a ideia de que Montemor está bem. Eu gostava de lembrar que trouxe aqui no passado imagens que não são ficções, imagens daquilo que encontrámos, inclusivamente a taxa de cobertura que hoje existe já inclui as obras que estão em curso, é bom que se perceba, não é aquilo que era anunciado, esta não é a mesma taxa de cobertura que era anunciada num passado longínquo. Mas só agora é possível chegar a esta taxa de cobertura com as obras de quase 5 milhões de euros que candidatamos, portanto, não é aquilo que também aí preconizam. Aquilo que eu pretendo dizer, é de que o facto de estarmos orgulhosamente sós neste contexto, não me parece ser a melhor solução. E, portanto, mesmo com as condutas a atravessar o Concelho de Cantanhede, que eu já agora aproveito para dizer, originariamente esta inter-municipal tinha Condeixa, tinha Cantanhede, tinha Mealhada e só estes sobreviveram, por outros interesses e que tem a ver com a sua dependência, mas atenção, eles estão a fazer agregações noutro lado, desligaram-se deste projeto e foram-se ligar a outros projetos. Porque efetivamente todos os Municípios, à exceção, que é do nosso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

conhecimento, de Cantanhede estão a colaborar em agregações. Portanto, nessa perspetiva são opções políticas que se tomam. Já agora também relembrar que não fui eu que inventei esta coisa de querer livrar-me das águas, eu não inventei isto. Eu quando cheguei aqui havia um estudo e estava em curso a preparação para uma concessão privada, para uma concessão, não para uma inter-municipal, que eu de imediato reconverti o contrato que havia com o consultor da altura para passar para inter-municipal, porque eu nunca subscrevi a par da CDU, também nesse aspeto estivemos sempre de acordo, nunca subscrevi a questão da concessão, que era aquilo que estava previsto para Montemor. _____

_____ Quero dizer que as experiências que há de concessão, aqui o Dr. Paulo Campos de certeza que não está de acordo comigo, mas as experiências que há de concessão, são verdadeiramente ruins para muitos munícipes deste país, porque efetivamente com esta solução, nós continuamos a ter o controlo da gestão e da tarifa, que é para responder a algumas questões que foram colocadas. Com esta forma de gestão, depende dos presidentes de Câmara, depende dos executivos, depende dos deputados municipais, a gestão da inter-municipal depende dos Municípios a tarifa, a fixação da tarifa, a mais ninguém. Fica no estrito mundo dos Municípios, não entra aqui mais ninguém a opinar. _____

_____ E, portanto, nessa perspetiva, esclarecidas estas questões que são políticas ou ideológicas eu gostaria que o Dr. Paulo Campos fizesse os esclarecimentos técnicos, com a permissão do senhor Presidente da Assembleia". _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Dr. Paulo Campos que disse: "Talvez começasse pelo deputado Camilo Lourenço, que a reflexão que fez e confirmá-la, aliás o senhor Presidente também acabou de referenciar, neste momento estarão em processos de agregação e em estudos, cerca de 90 municípios no país. _____

_____ Como os partidos dominantes em termos autárquicos são o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, serão diversos, liderados pelo Partido Socialista e diversos liderados pelo Partido Social Democrata que estão a fazer esses processos, efetivamente tem razão, digamos que este processo de agregação não tem uma matriz ideológica, mas sim uma matriz de resposta a um conjunto de necessidades e independentemente de os titulares serem de Partidos diferentes, estão a optar pelo mesmo rumo porque, como eu disse o contexto global assim o empurra. Essa parece ser uma tendência inequívoca de que a atomização que hoje existe ao nível municipal da gestão dos sistemas não é boa do ponto de vista de uma gestão eficiente e de uma gestão com níveis de desempenho adequados. E, portanto, tanto as instituições comunitárias, como as instituições nacionais, quer seja o Governo quer seja reguladores, a "pressão" no sentido de colocarem em termos das políticas que cada um pode pôr na mesa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

colocar incentivos e levar a que digamos essa responsabilidade por encontrar sistemas de gestão mais eficientes e com maior capacidade de resposta, com maior qualidade, vão o fazer. Se os Municípios não aderirem todos nesta oportunidade a esta situação, a convicção que tenho é que a tendência se manterá e, numa segunda ronda, haverá mais um conjunto de outros Municípios e numa terceira a ronda, haverá um conjunto de outros Municípios. _____

_____ Portanto, eu se estivesse na vossa posição a pergunta que faria era o que é que para mim, enquanto representante da população num determinado Município, o que é que é melhor para o Município, é estar já a trilhar o caminho que inevitavelmente terá que ser trilhado ou esperar para futuras oportunidades. Certamente será uma avaliação de cada um e certamente cada um terá uma resposta diferente para essa pergunta. Aquilo que eu senti dos Presidentes de Câmara, é de que eles tinham uma vontade para estar na prossecução deste movimento e aproveitar ao máximo a “bondade”, ou aproveitar a oportunidade que exista para que os decisores que tomam decisões, tendo em conta os objetivos que têm, tomem boas decisões no sentido de beneficiar quem está a percorrer o caminho que lhe está a ser indicado, porque deve ser percorrido e portanto, um pouco se calhar como outros no passado, dizíamos nós queremos ser bons alunos para que as coisas nos corram bem. Portanto, desse ponto de vista é o posicionamento. Esta era a primeira questão e penso que era a mais importante da reflexão do senhor deputado. _____

_____ O senhor deputado Marcelo está a equivocar num erro. Está a referenciar o volume de receitas e sobretudo esse erro é conjugado com a sua preocupação de dizer, foi a primeira palavra, eu tomei aqui boa nota de que estava aqui para defender Montemor e era nesse contexto que olhava para Montemor. Mas acontece que há outros dois Municípios e, portanto, o facto de as receitas aumentarem não é necessariamente pelo facto do preço aumentar, basta que o preço seja aumentado noutro Município, para que as receitas aumentem. Portanto, um dos efeitos é exatamente esse. O Município de Mira tem uma das tarifas mais baixas do país. Está a incorrer num erro ao dizer que o tarifário vai aumentar. O tarifário vai ser aquele que hoje existe no Município de Montemor com exceção do coeficiente do fator de recolha nas águas residuais. E com uma exceção num calibre 20 que baixa de preço, porque esse é o calibre mais utilizado em Soure e o facto de utilizarmos o preço que estava aqui a ser praticado em Montemor ia penalizar um conjunto de munícipes de Soure que iriam pagar um preço muito superior àquele que estão hoje a pagar, sem nenhuma justificação. Desse ponto de vista, esse calibre 20 milímetros baixa, face àquele que hoje é praticado em Montemor. Acontece uma situação diferenciada. Hoje, a maioria dos consumidores no Município de Montemor utilizam o calibre de contador de 15 milímetros. A maioria dos consumidores em Soure utilizam um calibre de 20

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

milímetros. _____

_____ O preço hoje em Soure do calibre de 20 milímetros é maior do que aquele que é em Montemor. Mas acontece que ao introduzirmos em Soure, o tarifário de Montemor vai ficar que quem tem o seu calibre de 15 milímetros, tem valores substancialmente inferiores. E a maioria das pessoas estão nos 20 milímetros e, portanto, a questão que se colocou foi então este tarifário devia baixar, para não haver uma migração em massa sem vantagem para a entidade gestora relativamente a essa migração. Portanto, o efeito para Montemor, o facto de baixar também é positivo nesse escalão e acomodam-se as duas situações relativamente aos interesses de cada Município na questão do tarifário. _____

_____ Relativamente ao tarifário, senhor deputado Marcelo, o tarifário é o tarifário de Montemor sem exceção, apenas com a exceção, tal que eu há pouco referenciei do coeficiente de recolha e deste calibre. O facto de as receitas aumentarem, é por dois grandes motivos: _____

_____ Um, em Mira, porque efetivamente o tarifário em Mira vai aumentar e, portanto, a receita que resulta daí que vai aumentar significativamente e; _____

_____ Dois, porque um dos pontos fracos da análise que fazemos, é que efetivamente há um nível muito alto de alojamentos que não estão ligados, de alojamentos que têm faturas com consumos zero, de alojamentos, que têm aqui um conjunto de questões, que devem ser avaliadas, vistoriadas, fiscalizadas e, na nossa opinião, se o trabalho for bem feito, vamos detetar e corrigir um conjunto de outras situações, porque de outra forma não seria possível ter uma tão alta taxa de não ligação. Montemor por exemplo, tem uma baixa taxa de ligação naquilo que é o saneamento de águas residuais e isso, na nossa opinião, não compara com a estatística, com aquilo que conhecemos em praticamente todos os municípios do país, portanto, há um fenómeno que tem que ser analisado e verificado, mas a mesma coisa acontece em Soure e Mira e, desse ponto de vista, a nossa expectativa é que sim, vamos verificar que há situações anómalas que tem que ser corrigidas e isso é bom. Porque reparem, quando nós temos uma infraestrutura como aquela que existe aqui Montemor e ela tem custos porque é dimensionada para todas as habitações, para todos os alojamentos que existem no território. Se houver um número muito significativo de alojamentos que não estiverem a contribuir com o seu pagamento, estamos a aumentar aquilo que cada um daqueles que pagam efetivamente e que não incorrem em nenhuma situações anómalas estamos a aumentar o esforço que lhes é pedido. Se a base de recolha das receitas for maior, estaremos a não criar uma pressão para aumento da tarifa, exatamente foi por isso, senhor deputado Marcelo, que conseguimos encontrar um modelo de solução e corroboro aquilo que o senhor Presidente disse, durante o ponto de vista técnico, houve discussões relativamente à forma como devia ser, e o senhor Presidente foi inflexível

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

desse ponto de vista, nós tínhamos outras propostas, não de acordo por ter mais facilidade, mas porque considerámos que eram mais adequadas, mas do ponto de vista daquilo que é o posicionamento da Câmara de Montemor, foi perfeitamente inflexível desse ponto de vista e, portanto, sendo inflexível é o que é, é o tarifário de Montemor, e portanto o senhor deputado não encontrará em nenhum documento outro tarifário que não o tarifário de Montemor com aquelas exceções que há pouco lhe referenciei. E o facto de as receitas subirem, não é pelo tarifário subir em Montemor, é pelo facto do tarifário subir em Mira e pelo facto de trazermos mais clientes que hoje não estão a contribuir para este esforço que passam a contribuir. _____

_____ Depois, uma outra questão, a senhora deputada Ana Cristina Jorge, referiu-se ao tempo e aos 40 anos, usou algumas expressões para qualificar que não era adequado. Efetivamente, senhora deputada, não há outra forma de fazermos quando estamos a falar de infraestruturas que têm um custo de investimento significativo no seu início e que necessitam de um determinado prazo de tempo para poder recuperar o esforço que é feito nesse investimento, não encontrará em nenhuma situação de infraestruturas, situações que não possam ser feitas a longo prazo. Aliás hoje de manhã, na sessão de câmara, o senhor vereador Aurélio Rocha criticava-nos por nós estimarmos que o prazo de financiamento que tínhamos, era reduzido andar à volta de 14-15 anos, quando é possível provavelmente estender o financiamento por mais anos. O senhor vereador tinha toda a razão desse ponto de vista. Porquê? Porque aos estarmos a comprimir o financiamento com um número mais curto de anos, estamos a fazer exigências do ponto de vista da libertação de meios, nesses anos. Portanto, o que é adequado efetivamente, é termos um prazo suficientemente longo, para que os efeitos sobre as pessoas, quem paga os serviços, possa ser diluído por um número significativo de anos, porque aquelas infraestruturas vão durar esses anos e até vão durar mais. Portanto, é por essa razão quando se trabalha em infraestruturas, se trabalha com prazos longos, não tem a ver com onerações de gerações futuras pelo contrário, tem exatamente a ver com o facto de não estar a onerar gerações, que hoje teriam que pagar muito mais, libertando gerações futuras sobre algo que elas também podem e devem contribuir porque as infraestruturas vão ficar disponíveis para elas. Pelo contrário, a solidariedade inter-geracional, justifica a teoria, na Universidade é assim, facilmente conseguirá encontrar as referências bibliográficas relativamente a essa matéria e à necessidade de, para infraestruturas em concurso de investimento é significativo à cabeça, estar a trabalhar com séries longas para poder recuperar esse investimento e não exigir a reparação desse investimento num espaço de tempo muito curto. _____

_____ A segunda questão relativamente ao tempo, eu gostava de dizer também e não me alongar muito. A questão do tempo, provavelmente numa situação de uma concessão será

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

relevante, numa situação de um modelo em que estamos a falar, terá menos relevância, isto é, basicamente o que estamos aqui a dizer relativamente à situação que hoje temos, é de que isto deixa de ser gerido internamente pelo serviço camarário, para ser por uma empresa camarária. Não há outra alteração, com as salvaguardas todas que foram e aqui também respondendo ao senhor deputado Nuno Cardoso, com a salvaguarda que o senhor Presidente da Câmara já aqui referenciou. A empresa é 100% pública, 100% de capitais municipais. Para alienar qualquer ação teria que ter a concordância de todos os municípios, sem exceção. Para alterar os estatutos, teria que haver dupla concordância que hoje não é permitido a este nível, pois que tem que alterar os estatutos por um lado e, alterando-se os estatutos para poder haver uma autorização para vender a privados, coisa que neste momento não é autorizado nos estatutos da empresa, então tem que obter autorização global para poder depois vender ações. Desse ponto de vista, foi daquilo que é possível, de acordo com o código das sociedades comerciais, encontrar as defesas relativamente a esta matéria, temos as defesas que hoje basicamente já temos num contexto em que um Serviço Municipal pode ser colocado a concessão quando a Assembleia Municipal assim o decidir. Portanto, basicamente as alterações que aqui estão, no futuro dependem das assembleias municipais e dos executivos com quem as assembleias municipais trabalham, ou seja, não há alteração de facto, relativamente às matérias que hoje existem com o modelo atual.

_____ Finalmente, das questões mais relevantes estou aqui a selecionar, a estas questões das participações. Como vamos financiar este esforço de cerca de 90.000.000€ de investimento, eu não estou a considerar os cerca de 6.000.000€ em capital, porque esse não é um esforço de investimento, porque basicamente é uma integração em capital de infraestruturas que já existem por parte dos Municípios para subscreverem o capital social dos tais 6.000.000€. Portanto, se não entrarmos com esses 6.000.000€, teremos um número redondo cerca de 90.000.000€ de investimento. Esses 90.000.000€, as formas como se vão financiar são todas na sua maioria, senhora deputada Ana Cristina Jorge, exclusivamente disponíveis por o modelo escolhido ser este. A maior fonte é auto-financiamento, são cerca de 58.000.000€. Desses 58.000.000€, isso é possível ser auto-financiado porque vamos ter benefícios do ponto de vista da gestão do desempenho de eficiência que vai libertar mais “cash-flow” para poder fazer o investimento. Hoje, o Município de Montemor sim, liberta algum dinheiro anualmente. Do ponto de vista económico, tem um prejuízo com o saneamento que é superior ao lucro eventual que tem nas águas, mas do ponto de vista financeiro liberta algum, mas não é suficiente para as necessidades de investimento. Estaremos a falar entre 250.000€ a 300.000€/ano. Se multiplicar isso, por 10 anos, verá que o auto-financiamento de Montemor seria cerca de 3.500.000€, 4.000.000€, para poder fazer o investimento. Aqui estamos a falar de um auto-financiamento de 58.000.000€.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

Estamos a multiplicar muitas vezes aquilo que é hoje, a capacidade da melhor situação dos três Municípios. _____

_____ Depois, vamos buscar participações comunitárias que de outra forma não é possível, sem estar agregado. Estamos a falar de 17.000.000€, senhora deputada. Em 58.000.000€, mais 17.000.000€, já faz 75.000.000€. Depois vamos buscar 10.000.000€ em financiamento bancário, que também se for um Município sozinho não irá conseguir. Sabe que o financiamento bancário nestas matérias é importante e é positivo por várias razões. Porque ajuda ao financiamento, ponto número um. Porque ajuda a racionalidade de fazer as coisas. Porque obriga a que se cumpra um conjunto de rácios, porque se obriga a que tenha um conjunto de exigências e as exigências são boas. As exigências de uma entidade financiadora nesta matéria é bom. É bom no sentido que obriga a ter disciplina, obriga a cada ano apresentar as coisas de acordo com um compromisso que fez, de acordo com um “business plan” que entregou. De acordo com as expectativas que tem e, portanto, obriga a que a gestão percorra dia a dia os objetivos que tem, e isso, na minha opinião, é bom e portanto a soma de todos estes fatores, os 10.000.000 de financiamento bancário os 17.000.000€ de participação comunitária são 27.000.000€, mais 58.000.000€ de geração de auto-financiamento, estaremos a falar de 86.000.000€ que não estariam disponíveis com exceções, eu há pouco referenciei que Montemor conseguiria em 10 anos, buscar 3.000.000€ ou 4.000.000€, portanto, em 20, vai buscar 8.000.000€ ou em 30 anos, 12.000.000€, conseguiria ir buscar algum, mas não na dimensão em que estamos aqui a falar. _

_____ É essa dimensão que permite mudar o paradigma, que permite passarmos a ter uma capacidade de investimento e passar a ter níveis de serviço, níveis de desempenho, níveis de eficiência que hoje não temos”. _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Dar uma nota importante. Que tem a ver com uma pergunta que foi feita. A captação da água será feita no mesmo local, na mesma fonte em que é feita a captação da ETA das águas da Figueira. É no canal. Para que não haja dúvidas, está esclarecido. _____

_____ A segunda nota que eu quero dar, é de que há uns anos atrás era um jovem e lembro-me da privatização da energia elétrica, que se vai voltar a discutir muito brevemente, esta questão da energia elétrica. Aquilo que eu não quero enquanto Presidente de Câmara e penso que aqui tenho a solidariedade de mais pessoas, é que, mais dia, menos dia esteja refém e o Dr. Paulo Campos, poderá corroborar com aquilo que eu estou a dizer, e que me tenha que entregar a um consórcio, a uma concessão ou o que quer que seja sem estar a liderar ou pelo menos na vanguarda desse movimento. O que é que eu quero dizer com isto? Hoje, para cumprir os critérios da ERSAR, uma das discussões que nós tivemos e a empresa trabalhou com os critérios

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

da ERSAR, mas nós já cumprimos muitos dos critérios da ERSAR, só que não conseguimos ter técnicos, ter uma infraestrutura que consiga avaliar esses mesmos indicadores ou seja, o Município de Montemor, apesar de todo o esforço que tem feito, ainda não consegue cumprir todos os critérios da ERSAR, não porque não os cumpra, mas porque não os consegue reportar, não consegue recolher e reportar a informação. Pensam vocês que é porque não nos apetece. Não. É porque não temos técnicos qualificados, porque não temos toda uma infraestrutura adequada para o reporte dessa informação. O que é que vai acontecer no tempo. Isto, cada vez mais, está o cerco a ser apertado há algum tempo a esta parte. E aquilo que o município de Montemor-o-Velho fez, já o anterior executivo da maioria PSD/PP tinha diagnosticado isso e bem, embora a forma que eles escolheram para saída era diferente daquela que hoje propomos, mas o cerco já se vinha apertando há algum tempo e vai-se apertar cada vez mais, ou seja, isto não é para Municípios explorarem, isto tem que ter uma infraestrutura muito ágil e sobretudo, uma infraestrutura moderna, que não esteja comprimida pelos critérios de gestão da administração local ou seja, tem que haver aqui meios expeditos de reação rápida e recurso a outras fontes de financiamento que os Municípios hoje não conseguem ter de forma ágil e de uma forma eficaz. Portanto, aqueles que não perceberem a mensagem, e aqui foi dito pelo Dr. Paulo Campos, mais dia, menos dia, se não vão na primeira ronda, vão na segunda ou na terceira. Inclusivamente, outros municípios que hoje estão orgulhosamente sós, que têm empresas municipais a trabalhar com eficácia, foi feito esse trabalho há muitos anos atrás e eu tenho que elogiar Cantanhede por exemplo, os Presidentes de Câmara de Cantanhede, que o fizeram com visão e com antecipação, mas que hoje estão no dilema de que não podem ir buscar financiamento comunitário para poderem executar as renovações de redes, as suas extensões de rede e tudo isso que eles próprios, apesar de terem uma infraestrutura, uma empresa moderna a cumprir todos os critérios da ERSAR, são empresa modelo, não vão conseguir buscar financiamento, para resolver problemas prementes, e por isso estiveram no início interessados nesta agregação. Só deixaram de ficar interessados, porque nós não queremos ou não aceitamos a exclusividade da fonte da água que era os Olhos da Fervença. Nós não poderíamos ficar dependentes de Cantanhede e a pagar uma renda a Cantanhede. _____

_____ E, portanto, só por essa razão o município de Cantanhede, que pôs como condição que a fonte exclusiva da água, nós tínhamos que encerrar as nossas captações subterrâneas, usar a capacidade e disponibilidade que eles consideram quase infindável nos Olhos da Fervença, coisa que eu também pessoalmente não acredito, é uma opinião pessoal, que eu transmiti aos responsáveis da empresa que estiveram presentes, não é infindável. Aliás já se nota uma diminuição do caudal, mas pronto cada um saberá de sua justiça. Agora, nesta perspetiva, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

há outra solução que não esta. E por antecipação não quero que aconteça aquilo que aconteceu com a EDP, que era pública e deixou de ser pública e passou a ser dos chineses. E, portanto, aquilo que nós queremos é antecipar um problema, é ter visão estratégica para o futuro no sentido de manter este bem essencial nas mãos dos Municípios de Soure, Mira e Montemor-o-Velho". _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Dr. Paulo Campos que disse: "Peço desculpa, porque houve uma pergunta sobre o número de trabalhadores. Efetivamente, o senhor deputado está a referir-se a um quadro, que não compara a integralidade dos trabalhadores que hoje trabalham nos Municípios para este setor, ou seja, compara o número de trabalhadores previstos para a empresa, com aqueles que estão afetos diretamente às atividades operacionais dos serviços de água e de águas residuais, mas não estão lá incluídos aqueles que na direção administrativa e financeira de cada um dos Municípios fazem a contabilidade ou fazem a faturação ou fazem a cobrança, ou que estão na tesouraria, ou que estão no atendimento público a fazer os serviços de atendimento para um conjunto de outras matérias, mas para os quais também fazem de águas e saneamento. Se afetarmos os tempos desses outros recursos a este valor global, nós atingimos em FTE "full-time equivalente" que basicamente é um chavão que é utilizado para contabilizar tempos parciais para transformá-los em número de recursos humanos, chegaremos próximos dos 100 trabalhadores quando a proposta para a empresa municipal andar à volta dos 80 portanto, também desse ponto de vista o facto da dimensão, permite reduzir e obter racionalidade e melhores indicadores nessa matéria". _____

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Obrigado Senhor Presidente, antes de mais os nossos agradecimentos pelas explicações, de qualquer das formas, como é evidente, não estamos convencidos. Para além disso não nos podemos esquecer das empresas públicas que foram criadas no passado e que pediram milhões e que hoje continuamos todos nós a pagar esses milhões para muitas coisas que foram feitas e que não eram necessárias, espero que efetivamente, isto seja muito bem pensado e que trabalhe efetivamente bem e que haja essa questão positiva, de positividade, que o Senhor Presidente disse e que tudo vai correr bem, eu espero bem que sim, e de facto, não se aproveite estar-se a criar uma empresa destas para se estar a pedir milhões em cima de milhões. Para além de que também não ficamos convencidos, porque realmente aquilo com que os Municípios têm que entrar, dilui-se mais o empréstimo e, portanto, tudo isto se dilui depois nesta empresa e nas candidaturas que ao fim e ao cabo, diluem-se também. _____

_____ A questão que o Senhor Presidente da Câmara falou, se quiséssemos alargar o prazo para estudar os dossiers, por nós, parecia-me bem se isso tivesse sido feito antecipadamente, neste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

momento não, porque nós já decidimos qual é o nosso sentido de voto, e portanto nós vamos votar contra. _____

_____ Já agora aproveitava para perguntar ao senhor Dr. Paulo Campos se também foi a Soure apresentar esta questão, à Assembleia Municipal? _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Dr. Paulo Campos que disse: “Senhora deputada eu vou onde sou convidado. No caso concreto fui convidado para vir aqui. Estou convidado para ir na próxima quinta-feira a Mira, em Soure ainda não obtive nenhum convite deste ponto de vista, portanto, não fui. Mas não sei se não irei se, entretanto, não virá um convite e que vá”. _____

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Posso terminar? De facto, o Senhor Presidente da Câmara falou aqui na questão de Cantanhede, Coimbra, outros Municípios que estão aqui ao nosso lado e que efetivamente estão já num patamar superior como disse e muito bem e se calhar teria sido interessante por exemplo, Cantanhede agregar com Mira, porque não o fez? Ou por exemplo, nós agregarmos com Coimbra, por via depois dessas candidaturas”. _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Posso-lhe dizer e confessar, o Senhor Presidente Raúl não vai levar a mal, que neste tempo em que andamos já com a empresa AMBILORECO, e o Dr. Paulo Campos sabe, como nós não nos entendíamos em relação à questão da tarifa, porque foi uma guerra muito premente, o Dr. Raul, Presidente da Câmara de Mira pediu-nos uma moratória e por isso, também se atrasou, para voltar a negociar com Cantanhede, a sua entrada e nós ficarmos só com Soure. Na realidade, as condições que Cantanhede nos impôs a nós nesta inter-municipal, voltou-as a impor ao Presidente Raúl, naturalmente que ele, como bom gestor, e estou aqui a dizer isto, em defesa do nome dele, ele entendeu que não era possível agregar com Cantanhede e deu-nos novamente carta-branca para retomarmos o processo que teve aqui momentaneamente suspenso, para ele próprio decidir esta dúvida existencial de Mira e que eu aproveito para comunicar à senhora deputada”. _____

_____ Usou a palavra o PMAM que disse: “Garantidamente, eu não posso ter outra opinião neste caso, que não seja a da senhora deputada Ana Cristina Jorge que é proceder à votação da proposta. Não me iriam perdoar os munícipes se convocasse uma assembleia extraordinária para votar uma coisa que já todos sabemos como é que vamos votar. Porque se convocasse uma assembleia extraordinária, toda a gente me ia dizer, porque mesmo para as pessoas que estão aqui nesta assembleia, e às vezes não sabem, quando eu convoco uma assembleia municipal estou digamos assim, a onerar o Município em 3.000€, e portanto ninguém iria perceber que depois da discussão que aqui está, depois das manifestações de votação que aqui estão, que efetivamente algo se alterasse e por isso não posso estar mais de acordo com a senhora

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

deputada Ana Cristina Jorge e passar à votação do ponto número 13. _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____	
_____ Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
_____ Renato Moço Nogueira Ribeiro -----	Contra-----
_____ Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
_____ Bruno Miguel Nunes Ferrão-----	Contra-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
_____ Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra-----
_____ Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
_____ António Augusto Santos Torres-----	Contra-----
_____ Nuno Filipe de Jesus Cardoso-----	Contra-----
_____ Francisco José Couceiro Nobre-----	Contra-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
_____ Tiago Dinis Santos Silva -----	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro-----	Contra-----
_____ Célia Margarida dos Santos Craveiro-----	A Favor-----
_____ Marcelo Gustavo da Silva Ferreira-----	Contra-----
_____ Luís António Girão da Fonseca-----	A Favor-----
_____ Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Contra-----
_____ Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
_____ Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
_____ António da Silva Ferreira-----	A Favor-----
_____ João António Góis Girão-----	A Favor-----
_____ Dora Marisa Pessoa Maia-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Raul Nunes Leitão----- Abstenção-----

_____ Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

_____ António Correia Pardal Bispo----- Abstenção-----

_____ A AM tomou conhecimento. _____

_____ **Declaração de Voto da CDU** _____

_____ *“A razão por que a CDU vota contra esta proposta, quero já dizer claramente, votámos contra mas de certeza que é uma razão muito diferente da do PSD isto é pôr clara a situação aqui. A questão aqui tem a ver com um certo conforto ao tratar estes assuntos. Foi dito aqui e partilho que o assunto foi tratado com uma visão de um helicóptero sobre imensos documentos. Essa visão, essa análise, nunca nos permitiria, por muito honestos que sejamos a ter uma definição no nosso voto 100% concreto, 100% com uma certeza absoluta que vamos dar viabilidade a esta proposta. Esta até pode ser a melhor proposta, mas eu vou fazer um pequeno exercício de comparação e para todos perceberem. Eu por exemplo, se eu tiver uma operadora que só me dá problemas em casa, uma operadora de telecomunicações, estou farto dela, a situação não é boa, eu penso que tenho que mudar de operadora porque isto acarreta muita despesa, é muito oneroso para mim. Chega-me alguém a casa, tenta-me vender um serviço, que é a questão que está aqui a ser feita, que é vender um modelo. Se eu for um cidadão incauto, posso cair na esparrela do comercial que me vai lá vender e aceitar e assinar o contrato. Estou a falar isto por conhecimento próprio, porque eu já fui comercial telecomunicações e sei como é que estas coisas se processam e há aqui umas certas semelhanças. O produto aqui é apresentado como o melhor dos ideais e o melhor dos princípios e não duvidamos que assim o seja. A questão é, eu não poderei ter uma opinião concreta e honesta, eu a CDU, sem ter tempo para realmente analisarmos esta questão. A questão não vai aqui para o conteúdo, porque o conteúdo não foi analisado profundamente por nós, mas a questão do tempo que não foi disponibilizado às bancadas para analisar isto, e é só isto. Obrigado”.* _____

_____ **Declaração de Voto da Bancada da Coligação “Por Montemor, Tudo e Sempre” PPD/PSD-CDS/PP”:** _____

_____ *“A Bancada da Coligação “Por Montemor, Tudo e Sempre” PPD/PSD-CDS/PP, vota contra este ponto pelas seguintes razões:* _____

_____ *1º Em primeiro lugar importa referir que o volume da documentação apresentada e a importância do assunto para o Concelho deviam ter exigido mais tempo e uma discussão mais alargada, que permitisse efetuar uma análise e tomada de consciência mais assertiva. Por outro lado, a elevada complexidade deste assunto exige uma análise técnica, cuidada e rigorosa. ____*

_____ *2º No passado recente quando questionámos o SR. Presidente como estava este dossier,*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

foi-nos dito que não estava a chegar a um acordo com os concelhos parceiros porque teria que aumentar a água e que ia rescindir, foram estas as suas palavras. E agora ficamos surpreendidos com a Constituição da Empresa intermunicipal. _____

_____ 3º Constituição esta que nos suscita muitas dúvidas. A primeira de todas é do porquê de este caminho e não outro, i. é, o porquê da escolha destes 2 municípios que estão numa posição tão frágil em relação a Montemor, veja-se nos níveis de cobertura de saneamento, nós temos 88% e os outros dois tem cerca de 61%. _____

_____ 4º Não entendemos o porquê de não nos ser apresentado um estudo prévio, que nos permitisse verificar qual a melhor solução, e a justificação de, por exemplo, não nos juntarmos à INOVA a Cantanhede ou às Águas de Coimbra, que tanto por uma questão de proximidade geográfica, como pelo seu saber, experiência, dimensão e escala nos podiam dar outras garantias de sucesso. _____

_____ Pois, pese embora sejam prioritárias as entidades que agreguem um conjunto de Municípios ao nível dos fundos comunitários, não é ainda evidente que fiquem totalmente de fora aqueles que não estejam agregados. Certamente que todos os outros Concelhos não vão querer ficar sem fundos comunitários, nem investimentos ao nível da água e saneamento. _____

_____ Por outro lado, hoje, estamos numa fase adiantada do atual quadro comunitário, com elevadas taxas de execução em algumas destas áreas, e ainda não se conhecem as linhas finais do próximo quadro, não podendo ser dadas garantias para os financiamentos futuros, daí que também esta Constituição da Empresa inter-municipal possa no futuro vir a sofrer com estas vicissitudes, não conseguindo alcançar os objetivos previamente propostos. _____

_____ 5º Não entende esta bancada qual é o sentido de atravessar o concelho de Cantanhede para fornecer Mira, são cerca de 36 Km de ligações, condutas... e por mais solidários que sejamos com os concelhos vizinhos, nós fomos eleitos independentemente da cor partidária, para defender os interesses dos nossos munícipes, e não nos parece de todo que esta solução seja a mais acertada para o nosso concelho. _____

_____ O que pretendemos para o concelho é a melhoria efetiva dos serviços que são prestados ao nível do abastecimento de água e saneamento, que exista melhor qualidade de água, tenham menos roturas, e por consequência tenham menos falta de água. _____

_____ 6º Pretendemos que os nossos munícipes não verifiquem que, no futuro, serão aplicados aumentos nas tarifas que lhes são cobradas, algo que fica em dúvida pelos documentos que nos foram, tardiamente, apresentados. _____

_____ 7º Mais, consideramos que o plano de investimento está subavaliado, temos muitas dúvidas se não irão gastar muito mais dinheiro do que aquele que está a ser previsto, pois os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

valores que vêm contemplados poderão não chegar para fazer as obras necessárias. Esperemos que não venham a ser aumentadas as taxas fixas da água, pois mais uma vez o povo é que paga.

_____ Estamos perante dois Municípios que necessitam de grandes investimentos, e se compararmos investimentos similares em curso ou já realizados, constatamos que podemos estar perante a necessidade de valores bem mais elevados do que aqueles que nos são apresentados. _____

_____ 8º Também no plano de investimentos temos ainda a informação que o nosso concelho terá que entrar com cerca de 1 milhão de euros e mais 2 milhões em equipamentos, depois far-se-á um empréstimo de cerca de 10 milhões pela empresa inter-municipal. _____

_____ 9º A captação de água superficial no rio Mondego também levanta muitas dúvidas a esta bancada, pelo facto de não ser evidente a garantia da qualidade da água face aos pesticidas agrícolas dos terrenos envolventes do Baixo Mondego, e aos poluentes emergentes, oriundos de todos os esgotos da cidade de Coimbra, incluindo os hospitais centrais. Considera esta bancada que seria fundamental que o estudo apresentado tivesse em consideração estes cenários. _____

_____ 10º O principal problema que o nosso concelho tem é de facto com a rede de abastecimento de águas que devia ser renovada tendo em conta os anos de construção e o elevado grau de deterioração que apresenta, bem como as perdas de águas que ocorrem por via disso. Contudo, segundo o estudo apresentado, esta questão não será de todo resolvida nos próximos anos com a criação desta empresa, pois a renovação das redes de água não é uma prioridade do plano de investimentos. _____

_____ 11º Esperemos que os cargos de gestão ou os lugares que esta empresa venha a criar não sejam uma das principais preocupações na estratégia que se esteja a equacionar e que não esteja em causa a política do favor ou interesse pessoal. Os números apresentados ao nível do modelo de gestão e da estrutura de Recursos Humanos parecem-nos desajustados. _____

_____ 12º Como tal, consideramos não existir qualquer benefício nesta constituição da empresa inter-municipal na forma como está apresentada e com estes municípios em concreto. _____

_____ 13º Depois a pressão que envolveu todo este processo para tomar uma decisão que terá um enorme impacto no desenvolvimento sustentado do nosso Concelho. Esta é uma decisão importante que terá reflexo para os próximos 40 anos, algo que vai hipotecar a vida das gerações futuras. _____

_____ 14º Continuamos a ver que de facto esta navegação à vista deste executivo é alarmante, este é um negócio muito duvidoso para o concelho, contudo é a opção política do executivo. Como tal, devem assumi-la perante os munícipes, na certeza, porém que esta bancada não se vai associar a esta Constituição da empresa inter-municipal, pois reforçamos, uma vez mais, que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

quem vai ficar prejudicado poderão ser os munícipes com os eventuais aumentos que água no futuro irá sofrer. _____

_____ *Importa assegurar uma solução que salvguarde os interesses do Concelho, que no entendimento desta bancada não fica refletido em todo este processo".* _____

_____ Usou a palavra o PMAM que disse: "A disponibilidade do Dr. Paulo Campos, antes de eu lhe voltar a dar a palavra ou de lhe agradecer o tempo que passou aqui connosco, continua de pé, e, portanto, a minha questão é perguntar à Assembleia se realmente gostaria de saber quais são os próximos passos, porque este foi apenas um dos passos importantes é certo, mas até à entrada em funcionamento da empresa. Portanto, se a Assembleia estiver disponível, eu daria 10 minutos para que o Dr. Paulo Campos, se pronuncie sobre os passos seguintes". _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Dr. Paulo Campos que disse: "A fase em que estamos, depois de entregues os estudos, estamos na fase de aprovação em executivos municipais e nas assembleias municipais, matéria que se espera que aconteça nos três Municípios nos próximos dias, sendo que Montemor é efetivamente o primeiro, que está a tomar esta decisão. _____

_____ Depois de tomadas as decisões nas três assembleias municipais, os Municípios, os executivos terão que remeter o processo para as instâncias necessárias, nomeadamente para a Direção Geral de Administração Local. É necessário também, remeter o processo para o Tribunal de Contas e para a Entidade Reguladora (ERSAR). Essas três instâncias vão-se debruçar sobre a proposta, sendo expectável que aquela que seja mais incisiva nesta matéria, seja o Tribunal de Contas. Iniciaremos um processo que se antevê ainda que tenha uma duração significativo ao nível dos meses para se concretizar. A nossa recomendação é entregámos um plano de ações para a fase de transição, que no entretanto, se comece a preparar do ponto de vista de um conjunto de dossiers aquilo que são as matérias de transferência, porque um assunto desta natureza e da complexidade técnica, necessita de uma avaliação técnica também permanente.

_____ Aquilo que nós recomendaremos é de que se use o tempo em que estaremos a dialogar com as instâncias que tem que fazer a fiscalização relativamente a este processo, para detalhar um conjunto de processos que devem ser detalhados para que a transferência se faça da melhor forma possível. Só ao fim de todo este processo, estará em condições de se concretizar então a constituição da entidade inter-municipal e depois, celebrar o contrato de gestão delegada e, nessa data afirmar, digamos, a data em que se fará a transferência que nos estudos preliminares que apresentámos, seria no dia 1 de janeiro de 2019, mas tudo isso necessita ainda da confirmação, não apenas das decisões das assembleias municipais, mas sobretudo da forma como vai decorrer o processo no diálogo com estas três entidades e em especial com o Tribunal de Contas". _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

_____ Usou a palavra o PMAM dizendo: “Muito obrigado Senhor Dr. Paulo Campos. Penso que agora sim, o posso dispensar e passávamos ao nosso ponto 14 da ordem de trabalhos”. _____

_____ **Ponto 14. Tomada de Conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/02/2018 e 31/03/2018.** _____

_____ Não havendo intervenções, a AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/02/2018 e 31/03/2018. _____

_____ **Ponto 15. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/02/2018 e 31/03/2018.** _____

_____ Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (PPD/PSD-CDS/PP) que disse: “Aqui só uma pequena reflexão. Tal como neste ponto, como também aquilo que nós podemos analisar da apreciação escrita do senhor Presidente, apenas dizer aqui duas coisas: _____

_____ 1.º - é que a política de favor, do interesse pessoal, só atrasa o Concelho. _____

_____ Depois, que deveria Montemor investir no capital humano, sem cartões de militantes e reconhecer os seus, pelos seus méritos e não pelo tipo de características políticas que possui”. _____

_____ Usou a palavra o PMAM dizendo: “Sendo certo que a responsabilidade de lhe dar a palavra foi minha, relativamente ao ponto em causa, não vejo relação nenhuma, mas pronto, ficará na ata, quando alguém ler no futuro, dirá assim, porque é que o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra neste ponto, nesta situação? Mas, enfim, deve ser pelo cartão de militante que tenho, que é de facto do PS.” _____

_____ Não havendo mais intervenções, a AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/02/2018 e 31/03/2018. _____

_____ **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 37.º e 53.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2018.** _____

_____ Verificou-se a existência de público. _____

_____ Esteve presente o munícipe Rui Jorge Marques Laranjeiro, residente em Valcanosa, Meãs do Campo, que disse: “Eu venho aqui falar sobre um assunto relacionado com terrenos sobre a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

minha casa. E o que se trata é o seguinte: eu ando a debater sobre um problema há dois anos com um terreno encostado à minha casa. Nesse tal terreno, existem pinheiros e eucaliptos, onde há dois anos caiu um eucalipto em cima de uns fios, partiu-me o muro, partiu os fios, estive dois dias sem eletricidade, ninguém lá foi tirar o pinheiro, teve a EDP que o tirar, montar e meter o poste e eu é que tive de arranjar o muro. _____

_____ No ano passado caiu um eucalipto em cima da minha casa, partiu-me as telhas, choveu-me dentro de casa, tive que pintar a casa por dentro, tenho provas disso. Ninguém do terreno foi perguntar por contas eu é que tive de tirar de lá aquilo. Agora, tenho outro problema ainda maior. Tenho um pinheiro manso com alguns 100 anos inclinado já sete metros, para dentro da minha casa, a chegar ao telhado da minha casa. _____

_____ A questão que ponho é a seguinte: Já comuniquei com o Presidente da Junta, já comuniquei com a Proteção Civil, com a Câmara de Montemor e com a GNR e, a resposta que me dão é que aquilo não entra dentro dos protocolos. E agora eu gostava de saber, se o pinheiro cair em cima de uma filha minha, se isso já entra dentro dos protocolos?" _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: "Muito obrigado! Como compreende a Assembleia tomou nota da sua manifestação, julgo que há aqui um conjunto de questões que devem ser analisadas, de qualquer maneira, o senhor Presidente da Câmara, gostaria de lhe dizer duas ou três questões. _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Eu tenho conhecimento deste caso e há aqui duas dimensões neste problema. O problema das faixas de gestão de combustível e da proteção de bens e sei quem é a pessoa em causa. _____

_____ A primeira questão que tem a ver com aquilo que referenciou da queda das árvores, é evidente que o proprietário das árvores é responsável civil e criminalmente sobre essas situações e o foro próprio para tratar desses assuntos não é a Câmara Municipal, nem a Proteção Civil, mas sim os Tribunais, ponto inequívoco e que gostaria de o esclarecer. _____

_____ Sobre o seu assunto em concreto, eu tenho conhecimento do mesmo e, o mesmo encontra-se na GNR. A GNR tem que definir e nós estamos neste momento numa fase em que é a GNR que vai dar indicação à Câmara, sobre quais são as árvores que têm que ser abatidas e em que locais, qual a área que tem que ser cortada. E nós estamos a aguardar, é um processo que está a decorrer. Temos os procedimentos preparados para intervir e brevemente essas situações vão ser resolvidas. _____

_____ É aquilo que me apraz dizer, mas não pode misturar as duas coisas: uma coisa é a responsabilidade pela queda das árvores do proprietário das mesmas. Outra coisa é a faixa de gestão de combustíveis, digamos que a margem de proteção que já ouviu falar e que toda a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2018, abril, 30

gente já ouviu falar que neste momento está a ser tratada. Nós já notificámos esse e outros proprietários e, agora vai intervir na segunda fase a GNR, que vai definir o que é que tem que ser cortado e em que proporção e em que medida. Nós aguardaremos essa fase e tenha a certeza que da parte da Câmara, serão cumpridas as indicações escrupulosamente que a GNR nos der”.

_____ Retomou a palavra o PMAM dizendo: “Peço à Assembleia que façamos a aprovação das deliberações em minuta. Uma vez que não há oposição, as deliberações que hoje tomámos estão aprovadas em minuta. _____

_____ Quero agradecer de facto, a vossa compreensão, as vossas deliberações e sobretudo, dizer-vos que tem sido, de facto, para mim um privilégio poder presidir às reuniões da Assembleia Municipal, independentemente dos tons mais ou menos acalorados ou das posições mais ou menos solidárias ou não, mais ou menos também, desconcertantes, porque às vezes não percebo as questões, mas é defeito meu, não percebo as questões das intervenções, “entre navegar à vista ou planear a 40 anos”, mas deve ser defeito meu. _____

_____ Uma boa tarde e um bom regresso a casa!” _____

_____ Está encerrada a reunião da Assembleia Municipal. _____

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Célia Margarida dos Santos Craveiro.